

ANO 10 - NÚMERO 126 - ABRIL 2025

Distribuição: 15 abr a 14 mai/25

xapuri

SOCIOAMBIENTAL



ISSN 2359-053X

Foto: Fernando Donasci/ MMA/ Reprodução

ATAQUE A INDÍGENAS NO ANO DA COP 30

p. 08

CHICO MENDES

O dia em que Chico Mendes foi assassinado

p. 26

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A fabricação da opinião pública

p. 29

MEIO AMBIENTE

O ninho do Japu "fura-banana" no umbigo do céu

p. 36



Doe através do site
www.fenae.org.br/futurobrilhar



MARAVILHA DE PÁSCOA

Sua solidariedade vale muito
e sua ajuda coloca sorrisos
nos rostos das crianças
assistidas pelos 27
projetos espalhados
pelo Brasil!



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agonizando com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Leticia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



ATAQUE A INDÍGENAS MANCHA O CHÃO DE BRASÍLIA NO ANO DA COP 30

Era pra ser um ATL de lutas e esperança, como ocorre todo mês de abril, em Brasília, há 21 anos. Mas em 2025, ano da COP 30 no Brasil, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha atingiram crianças, mulheres, pessoas idosas, lideranças tradicionais indígenas e até a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG) foi atacada com spray de pimenta na tarde do dia 10 de abril.

Com a presença de mais de 7 mil indígenas de 200 povos diferentes, o Acampamento Terra Livre (ATL) 2025, realizado entre 7 e 11 de abril, tinha por pauta a demanda de participação efetiva dos povos originários na COP 30, marcada para novembro de 2025, em Belém (PA), e o fim da exploração de combustíveis fósseis.

Ao atacar a marcha pacífica do 21º ATL, com a repressão desproporcional da Polícia Militar do Distrito Federal e do Departamento de Polícia Legislativa, acabaram por desviar a atenção sobre as reivindicações indígenas. E mudaram o rumo da nossa matéria de capa. Havíamos pensado em fazer uma justa homenagem aos 25 anos da Carta da Terra.

Ante a tamanha violência sofrida pelos povos indígenas durante seu 21º ATL, não nos resta outro caminho senão, consolidando dois textos de Nicolý Ambrosio, publicados originalmente no site Amazônia Real, expressar nossa indignação com o ataque ocorrido em Brasília, e nossa solidariedade à Apib na certeza de que sua resistência equilibrista haverá de continuar.

Boa leitura. Bom proveito!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da Revista Xapuri

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - ABRIL

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva** – Estudante. **Bia de Lima** – Parlamentar (GO). **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Bocchino** – Designer. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Hannah Fonseca** – em Revista Caros Amigos. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Strochit** – Designer. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Escritor. **Lúcia Resende** – Professora. **Manuela Cardoso da Cunha** – Antropóloga. **Maria Leticia Marques** – Ambientalista. **Marina do MST** – Parlamentar (RJ). **Mauro Barbosa de Almeida** – Antropólogo. **Nicolý Ambrosio** – Jornalista. **Paulo Roberto Ferreira** – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.

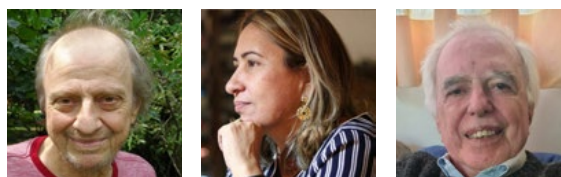
CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Traiano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.





Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

126

ABR 25

08 **CAPA**
Ataque a indígenas
no ano da COP 30

20 **CERRADO**
O Cerrado e os rios
do Amazonas

15 **BIODIVERSIDADE**
Abril na floresta segundo
o calendário Ashaninka

22 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Comida de Santo

18 **AMAZÔNIA**
A menina com o bife no pescoço

26 **CHICO MENDES**
O dia em que mataram
Chico Mendes

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

- 28** **FOTOGEOGRAFIA**
Degraus de azaleias e gente
- 29** **COMUNICAÇÃO SOCIAL**
A fabricação da opinião pública
- 30** **QUESTÃO AGRÁRIA**
Familiares de camponeses
assassinados exigem justiça,
reparação e participação na COP 30
- 36** **MEIO AMBIENTE**
O ninho do Japu “fura-banana”
no umbigo do céu
- 39** **MITOS E LENDAS**
O mito indígena do Sol
segundo o povo Tikuna

- 40** **SUSTENTABILIDADE**
A nova Revolução Verde: Brasil e
China lideram parceria Sul Global por
agroecologia e soberania alimentar
- 44** **POLÍTICA**
1964 e 8 de Janeiro: passado e presente
se encontram no banco dos réus
- 46** **RESISTÊNCIA INDÍGENA**
APIB somos nós: em defesa
da Constituição e da vida
- 48** **UNIVERSO FEMININO**
Enheduanna: a autora
mais antiga do mundo

ATAQUE A INDÍGENAS NO ANO DA COP 30

Zezé Weiss



Foto: Fernando Donasci/MMA

Bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha atingiram crianças, mulheres, pessoas idosas, lideranças tradicionais indígenas e até a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG) na tarde do dia 10 de abril.

A Polícia Militar do Distrito Federal e o Departamento de Polícia Legislativa atacaram a marcha pacífica do 21º Acampamento Terra Livre (ATL) – que ocorre todos os anos, em Brasília – assim que os indígenas se aproximaram do prédio do Congresso.

Em coletiva de imprensa, Célia Xakriabá afirmou que foi vítima de racismo por parte dos agentes que faziam a segurança do evento. No dia seguinte, 11 de abril, ela encaminhou uma ação ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a investigação da conduta dos policiais.

A deputada não só teve seu acesso ao Congresso impedido como negaram atendimento médico a ela e a outras lideranças indígenas – ela foi uma das atingidas pelos efeitos do gás de pimenta.

Com a presença de mais de 7 mil indígenas de 200 povos diferentes, o ATL 2025, realizado entre 7 e 11 de abril, cobrou a participação efetiva dos povos originários na COP 30, marcada para novembro de 2025, em Belém (PA), e o fim da exploração de combustíveis fósseis.

Mas a repressão policial desproporcional acabou por desviar a atenção sobre essas reivindicações. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) emitiu um nota de repúdio. “Temos evidências de que os atos fazem parte de um contexto de violência institucional disseminada contra os povos indígenas”, afirma a nota.

Segundo a Apib, durante uma reunião convocada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) para tratar da marcha, um participante não identificado proferiu uma fala de teor racista e de incitação à violência. “Deixa descer logo... deixa descer e mete o cacete se



fizer bagunça". A declaração foi registrada em áudio e obtida pela Apib após solicitação formal.

O que causou revolta nos indígenas é que não houve qualquer ato de vandalismo no protesto pacífico "A Resposta Somos Nós", que fazia parte da programação do ATL. O acesso ao gramado do Congresso foi feito pelos indígenas de forma espontânea e pacífica, sem confrontos.

"A mobilização teve como objetivo a defesa de direitos constitucionais e o fortalecimento do diálogo com os Poderes da República. O Acampamento Terra Livre é realizado anualmente na capital federal, sempre com respeito às instituições democráticas. Ao longo dessas mais de duas décadas, o movimento indígena sempre colaborou e continuará colaborando para garantir que o evento ocorra de forma tranquila e segura", diz outro trecho da nota da Apib.

RESISTIR PARA EXISTIR

Rosimere Arapaço, ativista indígena do povo Arapaço e coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas (MAKIRA-ËTA), afirmou em entrevista à Amazônia Real que, apesar do discurso democrático do governo brasileiro, a repressão ainda age com a mesma força do período militar.

"Em pleno século 21, onde falamos da democracia, vemos a repressão ainda como se fosse da época do governo militar", disse. "Se o governo, os braços do governo, a segurança do governo, hostiliza o povo indígena, que segurança o Brasil tem?"

Rosimere destacou que a marcha, embora pacífica, foi marcada por tensões e tentativas de silenciamento. "A hora que precisar estaremos voltando. Homens, mulheres, juventude, crianças, adolescentes, anciões, nós não desanimamos. Nós resistimos. O nosso lema sempre foi: resistir para existir".

Segundo ela, a mobilização não é apenas para denunciar, mas também para reafirmar a existência dos povos indígenas como sujeitos de direito e de sabedoria.

"Nós estamos no governo da oposição, no governo da direita. Esse é o grande desafio do Brasil. Se o governo brasileiro não entender que os povos indígenas são os únicos que podem fazer a diferença para abrir os olhos da sociedade, para que a mudança climática pare ou amenize. A sociedade precisa aprender com os povos indígenas", afirmou.

Outras organizações e lideranças indígenas e indigenistas condenaram o ataque e exigiram responsabilização das autoridades. "O Congresso, além de aprovar leis inconstitucionais, ataca os povos indígenas e seus próprios deputados", repudiou em sua rede social a Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Apiam). A entidade



lembra que o Congresso “deveria ser a casa da democracia”.

A ministra dos Povos Indígenas (MPI), Sonia Guajajara, em um post nas redes sociais, também criticou a atuação das forças policiais. “Meu repúdio total à inaceitável violência que vimos hoje no Congresso. Os povos indígenas merecem respeito”, disse.

Em nota, O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) classificou o uso de gás de pimenta e da força policial como desnecessário e desmedido, exigindo a apuração imediata dos fatos e a responsabilização dos envolvidos.

No mesmo dia da repressão policial, os movimentos indígenas celebravam avanços políticos obtidos nesta edição do ATL, que celebrou seus 21 anos de existência e 20 anos desde a criação da Apib. Lideranças indígenas do Brasil, Canadá e Pacífico entregaram à presidência da COP 30 uma carta que exige o fim da era dos combustíveis fósseis e a implementação de uma transição energética justa e equitativa.

A carta, coordenada pela organização internacional 350.org, recebeu o apoio de 180 organizações indígenas, ambientais e de juventudes de diferentes países. O documento foi entregue ao presidente da COP 30, André Corrêa do Lago, em uma cerimônia simbólica, com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, e da ministra Sonia Guajajara.

Além da carta, a Apib lançou uma proposta de NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) Indígena, elaborada a partir do acúmulo de propostas de suas organizações regionais e de base. A NDC é uma meta que cada país estabelece em relação ao seu compromisso para combater o aquecimento global.

Já o indicador indígena reforça que o debate climático precisa considerar a equidade, a autodeterminação e a participação efetiva dos povos indígenas e comunidades tradicionais na implementação da meta brasileira, no âmbito do Acordo de Paris.





Foto: Cobertura Colaborativa APiB

O MPI anunciou, na mesma ocasião, a criação de uma Comissão Internacional para a COP 30 para que os povos originários não sejam apenas consultados, mas estejam à frente das negociações climáticas. As lideranças pedem a copresidência indígena no evento.

A comissão será presidida por Sonia Guajajara e composta pela Apib, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), o G9 da Amazônia Indígena, a Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC), e o Fórum Permanente da ONU sobre Assuntos Indígenas (UNPFII). É prevista a participação de outras organizações e fóruns internacionais indígenas.

Nacarta final do 21º ATL, a Apib destaca a criação da Comissão Internacional Indígena para a COP-30 como “a expressão concreta do reconhecimento de um movimento que há séculos resiste, que é a contribuição indígena para o equilíbrio da Terra”.

Para a organização, a comissão é mais do que um espaço institucional, porque representa uma

conquista histórica dos próprios povos indígenas, que há anos cobram por mais reconhecimento e espaço para participação efetiva nos fóruns globais.

A meta da comissão é credenciar mil lideranças indígenas na Zona Azul da COP 30 como símbolo de um processo de retomada, de presença e de poder indígena. “Com sabedoria ancestral, articulação política e coragem histórica, o movimento indígena mostra ao mundo que não há saída para a crise climática sem a demarcação das terras indígenas”, apresentou a carta.

Para a liderança Rosimere Araújo, ações como essas indicam que o ATL continua sendo um espaço privilegiado de incidência política, principalmente para as mulheres indígenas.

“É muito importante no contexto político, nacional e internacional, onde o mundo volta aos olhares para a Amazônia. A pauta importante para a gente são as questões ambientais. Todos os povos estão com muita preocupação diante do rumo que as questões das mudanças climáticas estão afetando. A solução para tudo isso são os povos indígenas”, declarou.

DIREITOS AMEAÇADOS

O ATL deste ano aconteceu em meio ao impasse da comissão de conciliação sobre o marco temporal, coordenada pelo ministro do STF Gilmar Mendes. A comissão terminou sem acordo entre representantes do agronegócio e do governo.

Na semana do ATL, após solicitação da Câmara e do Senado, o governo federal acatou o pedido de prorrogação dos trabalhos da Câmara de Conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o marco temporal.

Apesar de o STF ter declarado inconstitucional a tese do marco temporal, em setembro de 2023, o tema voltou a circular no Congresso na forma de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 48/2023), imposta pela bancada ruralista, que pretende incluir na Carta Magna o “marco temporal”.

Em julho de 2024, diante da iminência da aprovação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dominada por ruralistas e bolsonaristas, um acordo selado pelo então líder do governo Jaques Wagner e os senadores propôs a criação da Câmara de Conciliação.

Para as organizações indígenas, a conciliação é usada como forma de travar direitos fundamentais dos povos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988. A posição do movimento indígena é clara e reivindica pelo fim da mesa de conciliação do STF e a revogação da Lei 14.701/2023. As entidades se retiraram da Câmara de Conciliação ao perceberem que não havia diálogo possível e equilibrado.

Ao longo da semana do ATL, os indígenas marcharam pela Esplanada dos Ministérios carregando uma réplica da estátua da Justiça, exigindo que seus direitos sejam respeitados. A imagem virou símbolo da campanha por dignidade, demarcação e reparação histórica.

“Em pleno ATL, o Congresso juntou nesse processo um pedido para que a Câmara de conciliação se mantenha. E, recentemente, a União também se manifestou para que essa conciliação continue. Até quando vamos esperar?”

Para os povos indígenas, esse tempo é de décadas, de séculos, com um custo muito alto, de sangue sendo derramado”, relatou o advogado Mauricio Terena, assessor jurídico da Apib, durante a plenária intitulada “O Acordo sem Voz: A Câmara de Conciliação no STF e a Reconfiguração da Política Indigenista no Brasil”.

DEMANDA OUSADA

Nada menos do que a co-presidência da Conferência das Nações Unidas Para Mudanças Climáticas (COP 30), no Brasil. Esta foi a principal e mais ousada demanda que os povos indígenas levantaram na 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), iniciado no dia 7 de abril, em Brasília.

O evento global da ONU sobre o clima, que vai ocorrer em novembro em Belém (PA), é considerado uma “agenda estratégica” para as principais entidades. Não é uma ação oportunista, mas uma questão de justiça.

Com exclusividade para a **Amazônia Real**, Toya Manchineri, coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), destacou: “Nós nos reafirmamos, enquanto povos indígenas, como autoridades climáticas que devem estar dentro dos espaços de decisão. Somos nós os defensores dos biomas que servem como barreira contra as mudanças climáticas”.

Quando presidentes de nações estiverem sentados para discutir temas estratégicos como o impacto dos grandes empreendimentos, fim dos combustíveis fósseis e transição energética justa, os

indígenas deveriam participar das decisões com o mesmo peso.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), junto a Coiab, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), Conselho do Povo Terena Grande Assembleia do povo Guarani (Aty Guasu), Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ArpinSudeste) e Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), articulou a campanha **A Resposta Somos Nós**, um chamado global indígena por justiça climática.

A campanha lançada nesta edição do ATL, a maior assembleia nacional do movimento indígena, exige ainda o repasse direto de recursos climáticos aos povos que protegem os biomas. O documento pressiona pela inclusão da demarcação de terras indígenas como uma política climática fundamental e vinculada como meta de mitigação na revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil.

As NDCs fazem parte dos planos de ação climática, com cada país se comprometendo a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em um dado percentual. Elas são um dos pilares do Acordo de Paris, tratado internacional firmado



Foto: Felipe Sampato / STF

para enfrentar a crise climática e limitar o aquecimento global. As metas são definidas de forma autônoma e cada nação deve atualizá-las periodicamente.

No Brasil, Terras Indígenas ainda em fase de estudo ou delimitadas apresentam maiores taxas de desmatamento (0,2% ao ano) em comparação com as TIs declaradas, regularizadas e homologadas (0,05% ao ano). Esse dado é apontado pelo estudo “Demarcação é Mitigação: Contribuições Nacionalmente Determinadas brasileiras sob a perspectiva indígena”, lançado pela Apib, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC).

NDCs INDÍGENAS

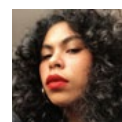
Para a Apib, o resultado do estudo reforça a importância da demarcação e proteção das Terras Indígenas no enfrentamento das mudanças climáticas. “Os compromissos climáticos do Brasil serão atingidos quando o Estado avançar na política de demarcação

dos territórios indígenas. Não há justiça climática e preservação da biodiversidade e sem demarcação”, afirma Dinamam Tuxá, coordenador-executivo da organização indígena.

Os indígenas brasileiros se aliaram a povos indígenas da Austrália, do Canadá e de ilhas do Pacífico para fortalecer reivindicação por espaço no debate climático na COP 30. Além disso, o ATL contou com a presença de delegações indígenas do G9, um grupo que representa os nove países da bacia amazônica: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

Segundo Toya Manchineri, em resposta à demanda por co-presidência na COP 30, foi anunciado o “Círculo de Lideranças Indígenas”, espaço para garantir a participação efetiva dessas vozes nos debates da conferência climática em Belém. “Esperamos que esse círculo seja de fato participativo e que tenhamos voz com o mesmo peso de um chefe de Estado na conferência”, afirma o coordenador-geral da Coiab.

Como parte dessa construção, será realizado um Balanço Ético Global, que avaliará o cumprimento das metas climáticas por parte dos países. A partir dessa análise, será elaborada uma NDC indígena, proposta que poderá ser anexada à NDC brasileira, já entregue, e também às dos países aliados. Essa discussão será aprofundada na “COP Indígena”, encontro que reunirá povos de diversas regiões de 2 a 5 de junho, em Brasília.



Nicolý Ambrosio – Jornalista, formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e fotógrafa independente, residente na cidade de Manaus. Escreve sobre violações de direitos humanos, conflitos no campo, povos indígenas, populações quilombolas, racismo ambiental, cultura, arte e direitos das mulheres, dos negros e da população LGBTQIAPN+. Esta matéria, com título e edições de Zezé Weiss, consolida dois textos de Nicolý, publicados no site Amazônia Real (<https://amazoniareal.com.br/atl-2025-defende-indigenas-no-comando-da-cop-30-em-belem/> e <https://amazoniareal.com.br/repressao-ao-atl/>).





ABRIL NA FLORESTA SEGUNDO O CALENDÁRIO ASHANINKA

Manuela Cardoso da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida

A flor do mulateiro desabrocha, marcando o auge do tempo do macaco gordo. Tempo bom para a caça, mas difícil para a pesca. A melhor época para a pesca é o final da estação chuvosa, quando muitos peixes subiram os igarapés com as enchentes dos rios e lá ficaram.

É também um tempo bom para coletar os *tatziroki* (pequenos caramujos comestíveis) nos igarapés, que estão repletos deles.

Tendo se reproduzido no início da estação, nessa época já estão no ponto de comer.

Os frutos do açai começam a amadurecer e entrarão pelo mês de maio, marcando a transição da estação chuvosa para a seca. O jacu, o cujubim, o papagaio e a arara estão gordos no tempo do açai.

A fruta da ucuuba está madura, os filhotes de tucano estão nascendo. É o final da estação chuvosa.



Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga. Excerto do livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*, Companhia das Letras, 2002.



Mauro Almeida – Antropólogo. Excerto do livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*, Companhia das Letras, 2002.

UM GOLPE CONTRA O POVO BRASILEIRO

Em 01/04/1964, há exatos 60 anos, o Brasil virou de ponta-cabeça. Um golpe militar, gestado na caserna, com o apoio e conivência do empresariado brasileiro, da imprensa nacional e de órgãos de inteligência dos Estados Unidos, depôs o presidente João Goulart, eleito democraticamente e, conforme pesquisas do Ibope à época, respaldado por 70% do povo brasileiro.

O golpe que, por longos 21 anos, implodiu a democracia e instalou no Brasil um sangrento regime de terror e ódio, capaz de produzir e deixar para as gerações de agora e futuras um terrível saldo de milhares de banimentos, prisões, torturas, mortes e "desaparecimentos" políticos, não aconteceu por obra do acaso.

Desde o final da Era Vargas, encerrada com o suicídio de Getúlio em 1954, às insurreições contra Juscelino Kubitschek, às pressões contra Jânio Quadros e às conspirações ostensivas que terminaram por derrubar Jango, o Brasil sempre viveu momentos de tensão e medo, ante a possibilidade iminente do rompimento do Estado Democrático de Direito, pela tomada do poder por um golpe militar.

Esse é um pesadelo que parece sempre querer voltar. Em 2014, contestaram o processo eleitoral. Em 2016, depuseram Dilma, empossaram um traidor, desmantelaram a

democracia. Em 2018, sem crime e sem provas, prenderam Lula, elegeram um genocida golpista, desmontaram os avanços sociais dos governos do PT, deixaram o povo morrer de Covid-19, voltaram o Brasil pro Mapa da Fome.

E, de novo, em 08/01/2023, o Brasil passa pelo trauma de mais uma intentona golpista. Não venceram, é certo. Não houve rebelião militar, é certo. Mas também é certo que acampamentos golpistas,

montados à luz do dia nos portões das bases militares do Exército brasileiro, serviram de aparelho para a escalada terrorista que vandalizou os prédios dos Três Poderes no 8 de janeiro.

Em poucas horas, em plena tarde de domingo, uma turba ensandecida de vândalos, clamando por intervenção militar, depredou vidros e obras de arte no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

Hoje já se sabe que a intentona de golpe foi articulada pelo próprio ex-presidente da República, de dentro dos palácios de governo, com o apoio de militares gráudos



das Forças Armadas da República Federativa do Brasil. Das listas de pessoas presas – financiadoras, executoras e mandantes – além dos/as chamados/as “bagrinhos/as” ou “patriotas raiz”, constam expressivos nomes vinculados ao capital financeiro e à elite política brasileira.

Os mesmos segmentos conservadores que, em 1964, derrubaram um presidente da República, por defender um projeto progressista de Nação, centrado em Reformas de Base – agrária, urbana, eleitoral, educacional, fiscal, bancária e administrativa – os mesmos que tentaram golpear a democracia em 1945, 1954, 1955 e 1961, parecem seguir à espreita de uma oportunidade para, usando da boa fé do povo, tentar barrar – a qualquer custo – as poucas conquistas sociais e econômicas da maioria pobre e excluída do povo brasileiro.

Não, nós já não podemos permitir que um novo golpe aconteça, que um outro regime repressivo venha a ancorar a face hedionda do poder em milhares de prisões arbitrárias, em centenas de cassações de direitos políticos, nos exílios, nas torturas, nos desaparecimentos, nas mortes de presos/as políticos/as.

Ou que nossos/as estudantes tenham que arriscar suas vidas em passeatas reprimidas pela polícia contra a edição de Atos Institucionais como o AI-5, para legitimar um “golpe dentro do golpe”, dando ao regime instrumentos ainda mais poderosos de intimidação e repressão, fazendo do direito de prender, torturar, “suicidar”, matar e “desaparecer”, política de Estado.

“Desaparecer” também, porque, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), 210 lideranças da luta contra a ditadura continuam desaparecidas, depois de serem vistas pela última vez em espaços clandes-

tinios, como a “Casa da Morte”, denunciada pela presa política Inês Etienne Romeu, que ficava em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Não mais a repressão contra greves da classe trabalhadora, como a que levou à prisão de Lula e de outros/as dirigentes sindicais no ABC paulista e por todo o Brasil, no campo e na cidade, na segunda metade dos anos 1970. Não mais os atos terroristas como a bomba do Riocentro, em 1981, ou os ataques violentos a Brasília, depois da diplomação de Lula, em dezembro de 2023. Não mais um impeachment, como o que tirou Dilma da presidência em 2016.

Não mais uma prisão do maior líder político do Brasil pós-redemocratização, como a que tirou Lula das eleições de 2018, fatos que levaram Brasil aos seis anos de calabouço, entre a posse do vice traira em 2016 e a fuga do presidente “covardão” no final de 2022, até a chegada de Lula novamente ao poder, em 01/01/2023.

Não mais uma anistia incompleta, como a de 1979 que, apesar de permitir “a volta do irmão do Henfil” para a luta política pela cidadania em solo brasileiro, deixou impunes assassinos e torturadores, militares e agentes de repressão, responsáveis pela dor pungente das “Marias e Clarices” que, como diz Amelinha Teles, presa política torturada nos porões da ditadura, “é uma ferida que sangra sempre, que nunca cicatriza”. Ditadura Nunca Mais!

Fonte: Revista Extratos. Sindicato dos Bancários. Edição Especial, número 08, abril de 2024.



A MENINA COM O BIFE NO PESCOÇO

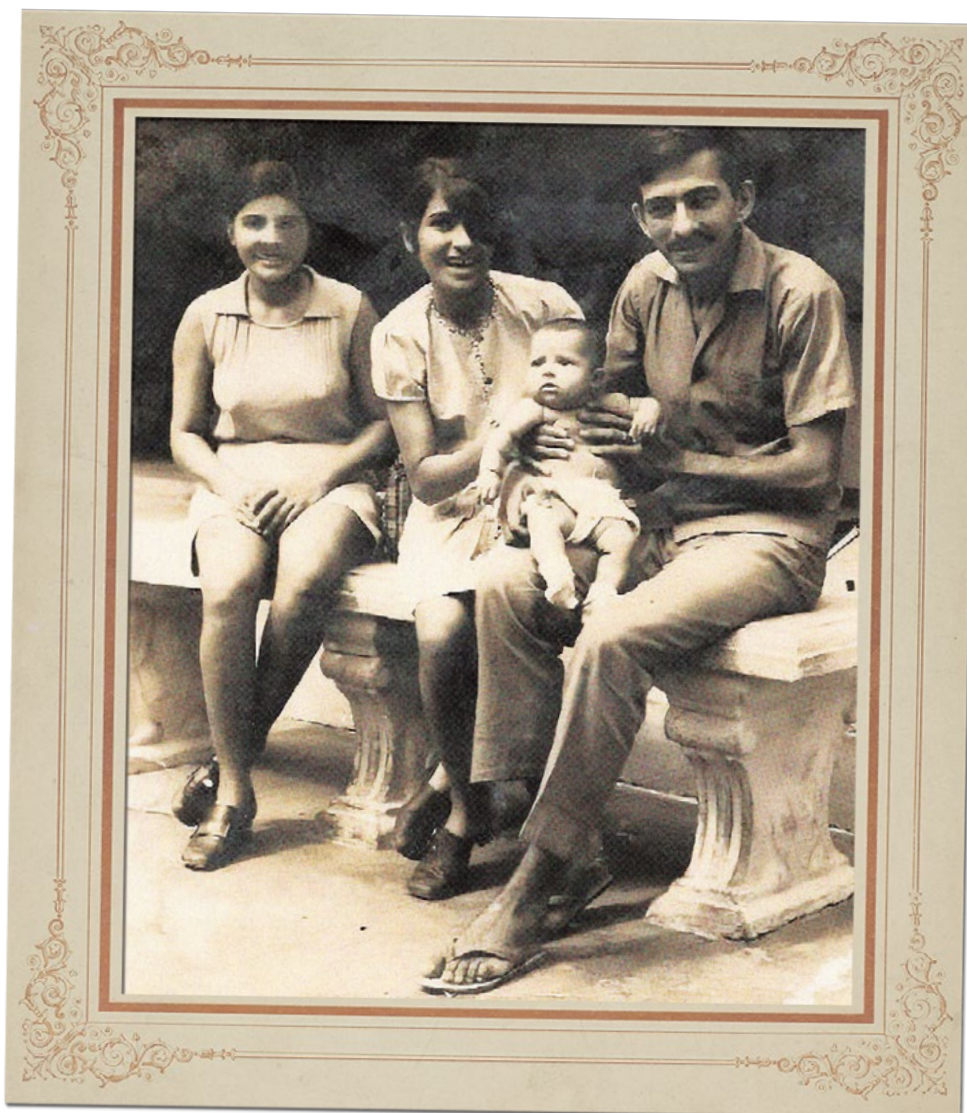
Elson Martins

Faz mais de trinta anos que guardo na memória esta cena comovente: a de uma menina de oito meses engatinhando pelo chão espesso de um barraco sem móveis e carregando no pescoço, pendurado num cordão grosso, um pedaço de bife malpassado. A mãe explicava que fora sugestão de um estudante de medicina para prevenir contra a anemia.

O barraco que visitei muitas vezes ficava por trás do presídio São José, em Belém, num terreno alagado com esgoto a céu aberto e cujo acesso só era possível equilibrando-se sobre palafitas. Além dos aspectos deploráveis da construção e do mau cheiro em volta, o local era vigiado por estranhas figuras armadas, agentes da polícia política do regime militar de 1964.

Os pais da menina pertenciam à ALN (Aliança Libertadora Nacional) e haviam sido presos ao tentar sair do Estado do Pará para a região onde militantes desencadeariam uma guerrilha para restaurar a democracia no País. Acusado de ser perigoso guerrilheiro, o pai foi mantido no presídio enquanto a mãe ficou em liberdade vigiada para cuidar da filha que estava por nascer.

Completava um ano que a mãe, sempre que podia, ia visitar o marido na prisão passando por todo tipo de vexame. Policiais militares a achacavam e faziam ameaças insinuando que o fim do casal estava próximo. Quando se ausentava do barraco, uma irmã ficava com a menina, sempre sobressaltada com



a vigilância que cercava a pequena e vulnerável família.

Antes de completar um ano de prisão, entretanto, o pai conseguiu, com a ajuda de amigos de esquerda, articular uma fuga. A estratégia era adoecer para ser levado a um hospital público onde alguns mé-

dicos simpatizantes prolongariam o tratamento. E com o passar do tempo se tentaria ganhar a confiança dos guardas encarregados da vigilância do preso.

A confiança foi conquistada ao ponto de o preso sair duas ou três vezes do Hospital da Santa

Casa, de madrugada, junto com um policial, para ir até o barraco ver a mulher e a filha.

Numa noite dessas, o policial ficou deitado numa rede armada na sala enquanto o preso, a mulher e alguns amigos conversavam na cozinha. Um generoso copo de cuba-libre (Coca-Cola com rum) era levado para o policial pelo próprio preso, que lhe pedia que não fosse identificar o restante do pessoal.

Numa certa noite, o preso saiu pela porta da frente do hospital vestido de médico. Um velho fusca, dirigido por uma amiga, já o aguardava nas proximidades com a mulher e a filhinha para levá-los até o Porto do Sal.

Logo, uma pequena canoa de feirante deixou o porto singrando as águas do Amazonas rio acima, até Guajará-Mirim, na Bolívia. A pequena família iniciava a aventura de 10 anos de exílio no Chile, Canadá e África

Minha participação nessa história foi a de estar presente em pelo menos duas conversas no barraco, enquanto o guarda tomava seu drink na sala; e de ter providenciado um bom rancho de leite em pó, biscoitos e outras iguarias, sobretudo para a menina do bife pendurado no pescoço. Após a fuga do casal, abriguei em minha casa a tia dela, procurada pelo Exército e pela Polícia Federal.

Não sei dizer o que aconteceu com os policiais que faziam a guarda no hospital. Sei apenas que alguns ficaram sabendo da fuga e até manifestaram o desejo de fugir também. O certo é que no dia seguinte viu-se grande aparato bélico em volta do silencioso e abandonado barraco sobre palafitas.

Essas lembranças foram despertadas por um e-mail que recebi da Artionka Capiberibe, a menina do bife que hoje é doutora em Antropologia Social (Museu

Nacional/UFRJ), professora do departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), autora do livro *Batismo de Fogo: os Palikur e o Cristianismo* (2007), indicado ao prêmio Jabuti.

Educada no Chile, Canadá, África e nas várzeas amazônicas do Amapá antes de tornar-se acadêmica em São Paulo, a antropóloga Artionka carrega na alma as marcas dessa luta que não terminou.



Elson Martins – Jornalista e escritor acreano, nascido no Seringal Nova Olinda, em Sena Madureira, foi o criador do Varadouro na década de 1970. Também foi correspondente de O Estado de São Paulo para a Amazônia. Teve passagens pelas imprensas do Acre, do Amapá e do Pará. Agora, volta a escrever nas páginas digitais do novo-velho Varadouro. Conselheiro da Revista Xapuri. Matéria publicada em <https://ovaradouro.com.br/a-menina-com-bife-no-pescoco>



Foto: Gustavo Rossi/Revista Fapesp

O CERRADO E OS RIOS DO AMAZONAS

Altair Sales Barbosa

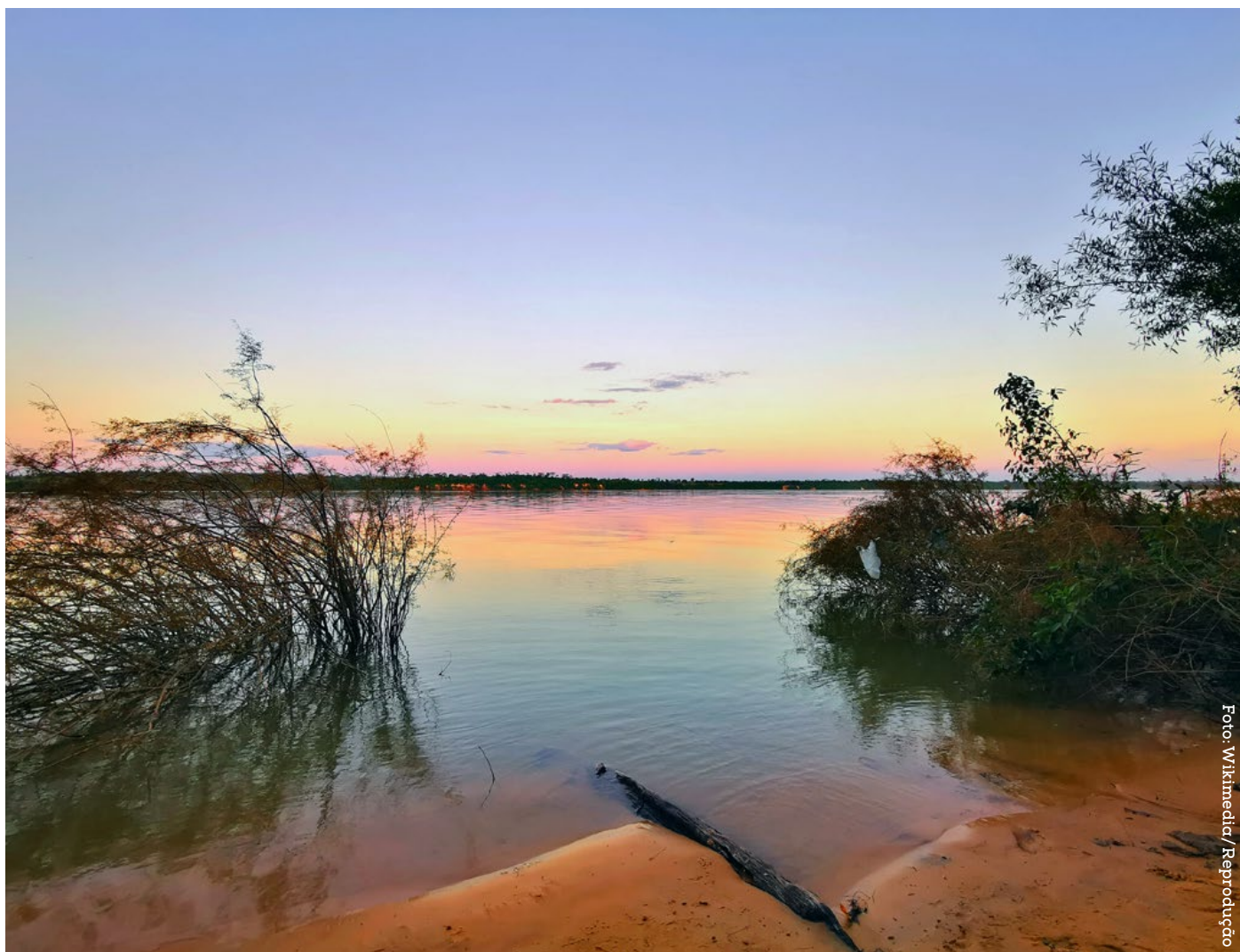


Foto: Wikimedia/Reprodução

A Bacia Amazônica é considerada a maior rede hidrográfica do Planeta. Para descrevê-la, um observador, mesmo do espaço, é incapaz de avaliar sua complexidade em meio a ilhas, furos, paranás e igarapés.

A bacia hidrográfica do Amazonas tem sua gênese a partir de três importantes regimes: águas de origem glacial, provenientes dos Andes, águas de origem pluvial, que alimentam a bacia pela margem esquerda: águas tanto de origem pluvial como de lençóis profundos, que a alimentam pela margem direita.

Na realidade, são esses rios da margem direita que contribuem para os maiores volumes de água na alimentação do Amazonas e, também, são responsáveis pela sua regularidade e sua perenização, já que as águas pluviais e glaciares da sua margem esquerda e as nascentes, apesar de volumosas, possuem regimes irregulares.

Tomando a orientação de Leste a Oeste, pode-se constatar quão extensos e volumosos são os afluentes da margem direita do rio Amazonas, que brotam no coração do Cerrado e cujas vertentes, qual artérias interligadas, são bombeadas para irrigar e oxigenar o pai dos rios.

TOCANTINS E ARAGUAIA

As sub-bacias do Tocantins e Araguaia são tão complexas e extensas que não se tem certeza qual dos dois chega primeiro ao Amazonas ao sul de Marajó. Oficialmente é o Tocantins, mas é ele que deságua no Araguaia, e não o inverso.

Porém a nomenclatura não é um fator relevante. O mais importante é a quantidade de água e sedimentos que esses rios levam até a foz do Amazonas, transformando-a num ecossistema extremamente complexo.

TOCANTINS: UM RIO DE VÁRIOS NOMES

O rio Tocantins bem poderia ser chamado de rio Uru, que nasce nos contrafortes da Serra Dourada e

segue ao Norte, ao passo que seus irmãos de nascentes tomam rumo Oeste em direção ao Araguaia ou rumo Sul em direção ao Paranaíba.

Entre as pedras, o Uru é Uruíta, mais abaixo dialoga com dona Ana e se formou Uruana. Depois de tanto se encorpar, tornou-se Uruaçu, ou Uru-grande, nos vocábulos do Tupi.

Ou o Tocantins seria o Rio das Almas, proveniente dos Pirineus, ou Maranhão, ou ainda o Paranã, que vem do longínquo lugar onde as águas se emendam? O fato é que o rio Tocantins é todos eles e muito mais. Inúmeros afluentes caudalosos o alimentam pela margem direita e pela margem esquerda.

Alguns da margem direita têm suas nascentes emendadas com águas que correm para a bacia do São Francisco, como é o caso das águas provenientes do Jalapão e das águas do Paranã, oriundas do atual município de Formosa, em Goiás.

O mesmo fenômeno acontece em relação aos afluentes da margem esquerda, com aqueles da margem direita do Araguaia. São as reentrâncias do interflúvio formado pela Serra do Estrondo que os separam.

RIO ARAGUAIA

O rio Araguaia nasce em formações pertencentes à bacia geológica do Paranã, mas integra a bacia hidrográfica do Amazonas. Seu berço e seu curso superior são compostos por águas do Aquífero Guarani.

No seu nascedouro, esse aquífero se encontra nas formações Bauru e Botucatu. No mesmo local nascem os rios Taquari, que corre no sentido Oeste integrando a sub-bacia do rio Paraguai, no Pantanal Mato-grossense, e Aporé, que corre para Sudeste, desaguardo no Paranaíba, formador do Paranã.

Entretanto, o Araguaia segue sereno para o Norte, recebendo a todo instante portentosos afluentes tanto pela margem direita quanto pela esquerda. Alguns desses afluentes são tão extensos e complexos que delimitam, no tempo e no espaço, histórias próprias.

Esse é o caso de Rio das Mortes, cuja nascente brota das reentrâncias da Serra do Roncador, a pouca distância, onde ao Sul nascem os rios do Pantanal Norte sub-bacia do Paraguai. No seu curso intermediário, o Araguaia abraça a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo.

Na realidade, trata-se de um grande território com rios próprios, lagos e uma diversidade biótica impressionante. Em meio a essa complexidade, segue o Araguaia, até encontrar-se com o Tocantins ou vice-versa, como já foi dito. Bem próximo à nascente do Rio das Mortes, emergem também das reentrâncias da Serra do Roncador os grandes afluentes do Xingu.

Aí também se situam as nascentes do caudaloso Teles Pires. Na borda Oeste dessa Serra, surgem as águas do rio Arinos, que mais abaixo se une com as águas do Juruena, formado por uma complexa rede de nascentes oriundas da borda Norte da chapada dos Parecis, toda coberta por Cerrado. Teles Pires, Arinos e Juruena se juntam para formar o Tapajós, que deságua no Amazonas na cidade de Santarém.

Guaporé, Mamoré e Madeira têm suas nascentes situadas nos limites Oeste do Cerrado, desde a depressão relativa do Pantanal Mato-Grossense até as águas provenientes das ilhas de Cerrado situadas nos longínquos planaltos de Alta Lúcia, Serra dos Pakaás-Novos. Daí, então, descambam águas do Jamari, que vão engrossar o já grandioso Ji-Paraná, que deságua no Madeira.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, em *Andarilhos da Claridade* - os primeiros habitantes do Cerrado. Universidade Católica de Goiás, 2002.



Foto: Toluaye / Wikimedia / Reprodução



COMIDA DE SANTO

Hannah Fonseca

Rituais minuciosos regem a culinária consagrada aos orixás. O que uma deidade gosta à outra é proibido. Por isso, a preparação exige conhecimento especializado. Tarefa da Iyabassê, a mãe encarregada da cozinha.

Dorival Caymmi já disse, em uma de suas luminosas canções, que “todo mundo gosta de abará, mas ninguém quer saber o trabalho que dá”. Comida de santo é assim: trabalhosa.

Aos orixás é oferecida uma grande variedade de pratos, com receitas sofisticadas, cujo preparo, minucioso, requer um verdadeiro ritual.

Antes de se aventurar na cozinha de santo, é preciso conhecer os tabus, as interdições, relacionadas ao culto de cada deidade. Pois o que uma aceita de bom grado, à outra é proibido.

Por exemplo, o azeite de dendê, ingrediente fundamental da culinária afrobrasileira, jamais deve ser oferecido a Oxalá, o mel é proibido a Oxossi e o carneiro não pode sequer entrar em uma casa consagrada a Iansã.

Os filhos [e filhas] de santo devem conhecer e respeitar todas as versões de seu orixá. E, sendo eles[as] mesmos[as] partes do santo, estão igualmente proibidos[as] de consumi-las.

Assim, além do carneiro, os[as] iniciados[as] de Iansã não podem comer caranguejo ou abóbora. E as pessoas que têm Oxum como orixá principal jamais comem peixe sem escama, principalmente tubarão.

O importante não é apenas preparar o alimento, mas também organizá-lo da maneira adequada, em utensílios de barro, louça ou madeira. Cada detalhe decorre de um elemento do enredo mitológico associado à deidade. Portanto, é preciso conhecer bem a mitologia para não se confundir.

Quem sabe de tudo isso é a Iyabassê, a mãe encarregada da preparação da comida. Não se trata de um cargo qualquer, mas de posição de alta dignidade, que deve ser ocupada apenas por mulheres de grande sabedoria e prestígio junto à comunidade.

Depois de prontas, as comidas são oferecidas com rezas e cantigas. E, durante a festa da oferenda ou no final, uma parte da comida é colocada aos pés do ou da orixá, a outra é partilhada pelas pessoas presentes.

É importante entender que o orixá, ou a orixá, não come “fisicamente” o alimento, mas se alimenta da “energia” do prato que lhe é oferecido, porque este integra determinados elementos que combinam com a sua própria energia e características naturais.

Dividir o alimento com os deuses [e deusas] é ter a insigne honra de comer com eles [e com elas] e garantir, segundo a crença, sua presença em nossas vidas e em nossas mesas. Seria esta uma maneira a mais de aproximar o mundocelstial.



Hannah Fonseca, em *Coleção Caros Amigos, História do Negro no Brasil*, capítulo 9.



Foto: Marcelo Zocchio/ Superinteressante/ Reprodução



JORNADA DE DEBATES: TRABALHO DIGNO, MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO JUSTA RUMO À COP 30

Começou na quarta-feira (9) a Jornada Nacional de Debates, promovida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais centrais sindicais, com apoio do Labora – Fundo de Apoio ao Trabalho Digno. Com o tema “Trabalho, Meio Ambiente e Transição Justa – rumo à COP 30”, o ciclo de encontros ocorre nas capitais dos 17 estados onde o Dieese mantém escritórios regionais.

A Jornada faz parte da preparação da classe trabalhadora para o 1º de Maio e para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), marcada para novembro de 2025, em Belém (PA).

A pauta ambiental e a transição justa têm se consolidado como eixos centrais para o futuro do trabalho no Brasil. Com o país avançando rumo a uma economia de baixo carbono, cresce a responsabilidade das centrais sindicais em articular propostas concretas que garantam desenvolvimento sustentável com justiça social e trabalho decente.

Os debates incluem temas como geração de empregos verdes; requalificação profissional; políticas públicas para um desenvolvimento sustentável; e impactos das mudanças climáticas nas populações mais vulneráveis.

A meta é construir propostas sólidas para serem apresentadas nas mesas de negociação e fóruns nacionais e internacionais ligados à COP 30.



TRABALHO DIGNO E SUSTENTABILIDADE: AGENDAS COMPLEMENTARES

Segundo o Dieese, a transição para modelos produtivos sustentáveis tem potencial para criar milhões de empregos no Brasil. Setores como energia solar e eólica, por exemplo, demonstram crescimento acelerado – somente a energia solar gerou 264 mil empregos em 2023, consolidando o país como um dos mercados mais promissores da América Latina.

A atuação propositiva das centrais, especialmente da CUT, tem sido essencial para garantir que a transição ecológica seja também uma alavanca de desenvolvimento social, com trabalho decente e direitos garantidos.

“A gente precisa estar inserido neste debate. A pauta dos trabalhadores precisa ser ouvida, pois eles são parte fundamental deste cenário. Nós temos um novo mundo do trabalho, mudanças intensas estão acontecendo e precisamos acompanhá-las, pois isso definirá nosso futuro”, afirmou Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, durante a mesa de abertura do evento realizado em São Paulo.

Ela também reforçou a importância do 1º de Maio como data de mobilização e reflexão. “É hora da classe trabalhadora se juntar, fazer um resgate histórico (...). A luta sempre foi por qualidade de vida, por justiça social – essa é a luta central da classe trabalhadora”.

Para o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtale, os trabalhadores e as trabalhadoras do ramo financeiro precisam estar inseridos de forma profunda no debate sobre a COP 30: “Um dos pontos centrais é o papel do sistema financeiro no financiamento de projetos que envolvem desmatamento ilegal ou trabalho análogo à escravidão, especialmente na Amazônia. Tanto bancos privados quanto públicos têm financiado empreendimentos de grandes grupos econômicos que acumulam denúncias e processos relacionados a essas práticas”.

A secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT, Elaine Cutis, acredita que “a transição justa só será verdadeira se unir justiça ambiental e justiça social. Isso passa por investimento em energias renováveis, requalificação profissional dos trabalhadores e respeito às comunidades tradicionais e periféricas. O movimento sindical está mobilizado para garantir que a COP 30 escute as vozes das ruas e dos territórios. Não haverá justiça climática sem justiça social – e essa é uma luta que precisa estar no centro das decisões globais.”

JORNADA NACIONAL DE LUTAS

A Jornada de Debates faz parte da Jornada Nacional de Lutas (9 de abril a 31 de maio), com foco na redução da jornada de trabalho com manutenção dos salários; justiça tributária, com isenção de imposto de renda para PLR e para quem ganha até R\$ 5 mil e descontos escalonados para rendas até R\$ 7 mil.

RUMO À COP 30: COM PROTAGONISMO DA CLASSE TRABALHADORA

A COP 30 será um marco nas discussões globais sobre o clima, reunindo cerca de 40 mil participantes, incluindo líderes mundiais, cientistas, ONGs e representantes da sociedade civil. Desses, aproximadamente 7 mil compõem a chamada “família COP”, formada por equipes da ONU e delegações oficiais.

A escolha de Belém (PA) como sede é estratégica. Como afirmou o presidente Lula, trata-se de uma oportunidade de discutir a Amazônia dentro da própria Amazônia, com os povos indígenas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais presentes e ouvidos.

Entre os principais temas da conferência estarão:

- Redução de emissões de gases de efeito estufa;
- Adaptação às mudanças climáticas;
- Financiamento climático para países em desenvolvimento;
- Tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono;
- Preservação de florestas e biodiversidade;
- Justiça climática e impactos sociais da crise ambiental.

A CUT e as demais centrais sindicais têm papel estratégico para garantir que o trabalho digno e a inclusão social estejam no centro desse debate.

Fonte: Contraf-CUT, com edições de Zezé Weiss, por limitação de espaço.





O DIA EM QUE MATARAM CHICO MENDES

Eram pouco mais de seis horas da tarde. Já havia escurecido. Cheguei de moto. Parei em frente ao casebre simples onde Chico Mendes morava.

Entrei na casa de madeira, coberta com telhas de barro, dois quartos, uma pequena sala, a cozinha e um corredor ligando a sala à cozinha e passando em frente aos quartos.

Ele estava na cozinha, jogando dominó com dois dos três policiais – um deles tinha ido ao quartel da PM para jantar – que haviam sido destacados para fazerem sua segurança.

Ao me ver, alegre, disse:

– Oh, “Goma” – que era como ele me chamava, enquanto os outros amigos chamavam-me de “Guma” – que bom que você chegou, assim vamos poder fazer uma “parceirada” para ganhar destes patos. Eu já estou ganhando sozinho.

– Não, Chico, eu não sei jogar isso direito.

– Ah, mas pra ganhar destes patos não precisa saber jogar direito. Senta aí, vamos jogar.

– Não, Chico, eu não jogo nada a valer.

– Ah, jogar sem ser a valer com estes patos não compensa. Senta aí, vamos jogar de parceiro.

– Chico, eu estou preocupado com o que eu te disse ontem – eu dissera a Chico Mendes, que estava preocupado com o fato de não estar vendo os pistoleiros na cidade desde meu retorno a Xapuri no dia 13 de dezembro de 1988, ao que ele me respondera que naquele dia iria verificar a situação na cidade.

– É, eu também não vi os caras...

Nesse momento, chegou a esposa de Chico Mendes e disse que gostaria de colocar o jantar, pois

o capítulo da novela iria começar e ela queria assistir, pois era o penúltimo da estória.

Então o Chico disse: – vamos jantar comigo, “Goma”.

Eu inicialmente agradeci, pois sabia que ele tinha de fazer grande “ginástica” para conseguir ter comida em casa.

Ele insistiu, pois sabia que, naquele ano, não raro eu nada tinha para comer e nem dinheiro, pois não tinha salário, nem “projeto” que financiasse minha estada em Xapuri, que só era possível porque o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) custeava o aluguel e o telefone da casa onde eu morava, que funcionava como escritório da entidade.

Dada sua insistência, respondi: – Vou dar uma volta pela cidade para ver se eu encontro os caras, porque eu estou muito preocupado.



– Tá bom, enquanto isso eu vou tomar um banho e te espero para jantar, mas vem mesmo.

– Tá bom.

Eu saí, montei na moto, circulei por Xapuri, passei em frente a todos os bares que os pistoleiros costumavam frequentar. Estava tudo às moscas...

Alguna coisa me apertava o peito, era uma indescritível angústia que já me acompanhava desde o dia 13 de dezembro, quando retornei da viagem que fiz ao Rio de Janeiro, onde, no dia 7 de dezembro, substituindo Chico Mendes, proferi palestra na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), promovida pela Campanha Nacional em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA).

Quando retornei da viagem alguma coisa havia mudado: todos os dias, quando eu abria a janela da minha casa, havia dois pistoleiros postados na praça em frente, desde abril de 1988. Também costumavam ficar dois em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dois circulando pela cidade. Quando voltei os pistoleiros haviam sumido de Xapuri. Isso era estranho, muito estranho...

Após o rápido diálogo com Chico Mendes, saí de moto... levei entre cinco e dez minutos para retornar à casa de Chico. Quando fui chegando, sua esposa saiu gritando: "Guma, atiraram no Chico!"

Olhei para trás... Na calçada da Delegacia de Polícia, a cerca de 50 (isso mesmo, cinquenta) metros, vários policiais parados. Gritei: – seus filhos da puta, não vão fazer nada não?

Nesse momento o Pedro Rocha, compadre do Chico, gritou: – a gente precisa de um carro que ele está ferido!

Na esperança de que ele pudessem ser salvo, funcionei a moto, da qual eu nem descera, e dirigi-me à agência do Banco da Amazônia, onde eu passara pouco antes e vira que o pessoal estava trabalhando. Cheguei lá e gritei da janela: – Andrias, a gente precisa de um carro, porque atiraram no Chico!

O Andrias, gerente do banco, saiu correndo, pegou o seu "Escort" e foi direto à casa do Chico. Quando chegamos lá, ele já estava sendo embarcado num caminhãozinho que passava. Perguntei ao Pedro Rocha: "– como ele está?"

O compadre do Chico respondeu:

– Ah... tá morto. Mas não afirmou "tá morto!" Deixou no ar, fez pensar que ele não estava morto, que havia uma esperança. Fui ao hospital. Como eu estava de bermuda não me deixaram entrar.

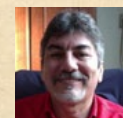
Pensei: – mas que adianta, eu não sou médico. Aqui eu não ajudo nada. Vou fazer alguma coisa onde eu posso ajudar. Fui pra casa. Comecei a telefonar. Liguei para alguns amigos em Rio Branco, Brasília, Rio de Janeiro...

A primeira reação era de incredulidade, todos diziam que não se podia brincar com uma coisa séria e, quando sentiam que era sério, porque eu estava chorando ao telefone, perguntavam se ele estava morto. Eu respondia que era "de muito grave para morto", pois eu não tinha a informação definitiva (...).

Fui, novamente ao hospital... Entrei ... vi o Chico Mendes estendido sobre uma maca... Ele estava morto... Voltei, fiz novas ligações, confirmando a morte. Começamos a tratar da questão da necropsia, embalsamamento etc. (...).

Por volta das 22 horas, fomos informados de que os médicos do Instituto Médico Legal não iriam de Rio Branco para Xapuri. Se quiséssemos que o corpo fosse necropsiado e embalsamado pelo pessoal do IML, deveríamos providenciar o deslocamento do corpo para Rio Branco. Fizemos isso. O corpo saiu de lá na ambulância do Hospital por volta da meia-noite.

Eu fiquei em Xapuri. Foi a noite mais longa da minha vida, pois eu não consegui "pregar o olho" e, por volta das 5 horas da manhã do dia 23, o telefone começou a tocar. Eram ligações de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, por causa do fuso horário (duas horas para mais, em relação ao Acre), querendo maiores informações.



Gomercindo Rodrigues – Advogado. Conselheiro da Revista Xapuri. Escritor, em Caminhando na Floresta com Chico Mendes. Editoras UFAC/Xapuri, 2020.



Fotos: Arquivo Pessoal da Família

DEGRAUS DE AZALEIAS E GENTE

Antenor Pinheiro, especial de Roma, Itália



Foto: Antenor Pinheiro

Roma acorda, lentamente! No coração da cidade, a escadaria da Trinità dei Monti se abre em leque, em pedra clara, sob o céu limpo de abril. É primavera – e com ela, as azaleias da Praça de Espanha. Chegam feito as coisas belas, sem anúncio. Discretamente estão ali, em vasos alinhados como oferendas, cobrindo degraus com a delicadeza que desafia o peso da arquitetura.

São brancas, cor-de-rosa, rubras – pequenas explosões de cor contra o mármore pálido. As mil pessoas capturam imagens. Há algo naquele contraste que as obriga ao clique. A cidade eterna, feita de colunas, impérios e guerras, agora tocada

por flores frágeis que vencem a pressa. O ar carrega o perfume sutil e se mistura ao cheiro de pedras aquecidas pelo sol, ao leve aroma de café que vem das calçadas, ao murmúrio dos idiomas que se cruzam como velhos conhecidos. O mundo inteiro parece estar ali, olhando as mesmas flores. Um artista senta-se à sombra com seu caderno. Um casal se apoia nos degraus, rindo baixinho. Uma criança corre, tropeça no vaso e volta para os braços dos pais. Uma mulher tira os sapatos e respira fundo para guardar aquele instante dentro de si. E as azaleias nada dizem, apenas florescem. Fazem da escadaria um jardim

suspense, como se Roma, cansada de ser eterna, quisesse apenas ser brevemente bonita. Quando a derradeira luz do sol se impõe, a praça ganha um tom de pintura antiga. Há silêncio entre vozes. Há calma que não se explica, como se o tempo tivesse parado para ver as azaleias também. Não se trata só de flores. É um lembrete, de que a beleza vive no breve, e que até o mais grandioso dos lugares pode florescer lindamente em silêncio.



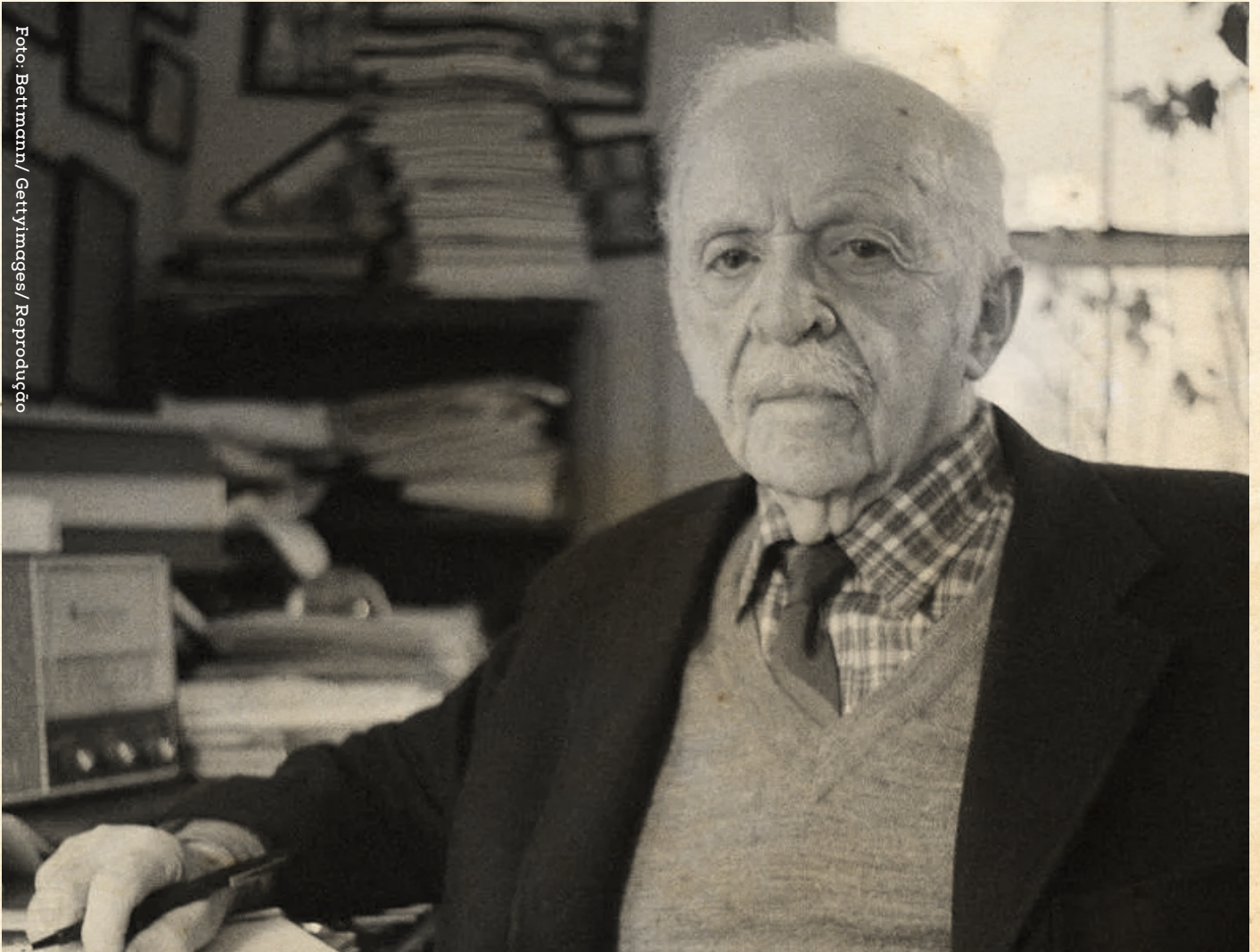
Antenor Pinheiro –
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.



A FABRICAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Eduardo Galeano

Foto: Bettmann/Gettyimages/Reprodução



Em 1917, o presidente Woodrow Wilson anunciou que os Estados Unidos entrariam na Primeira Guerra Mundial. Quatro meses e meio antes, Wilson tinha sido reeleito por ser o candidato da paz.

A opinião pública recebeu seus discursos pacifistas e sua declaração de guerra com o mesmo entusiasmo. Edward Bernays foi o principal autor desse milagre.

Quando a guerra terminou, Bernays reconheceu publicamente que tinham sido inventadas as fotos e as histórias que acenderam o espírito bélico das massas. Esse êxito publicitário inaugurou uma carreira brilhante.

Bernays se transformou no assessor de vários presidentes e dos empresários mais poderosos do mundo. A realidade não é o que

é, e sim o que eu digo que ela é: Bernays desenvolveu melhor que ninguém as técnicas modernas de manipulação coletiva, que empurram as pessoas para que comprem um sabonete ou uma guerra.



Eduardo Galeano – Escritor, em *Os Filhos dos Dias*. Editora L&PM, 2012

FAMILIARES DE CAMPONESES ASSASSINADOS EXIGEM JUSTIÇA, REPARAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA COP 30

— Gilney Viana e Paulo Roberto Ferreira



Foto: Paulo Roberto Ferreira



**CHICO BARBUDO:
VAMOS À COP 30 DENUNCIAR
O AGRONEGÓCIO**

Francisco da Silva Vasques, o Chico Barbudo, presidente da Associação de Colonos Atingidos pela Repressão Estatal e Privada da Gleba Cidapar, relembrou em seu depoimento a luta dos agricultores e agricultoras contra as empresas que tentaram expulsá-los das terras, desde a antiga Cidapar até o atual grupo Josapar, responsáveis pelas "atrocidades que cometeram aos agricultores e agricultoras, quilombolas, indígenas, garimpeiros que moravam nessa região de Viseu".

Em outro momento de sua fala, Chico Barbudo destacou que "Quintino foi um companheiro que assumiu a defesa armada do pessoal, porque nós tentamos resolver o problema de forma pacífica, mas não conseguimos. Eu e vários outros Quintinos e mulheres como

Realizou-se em Belém (PA), nos últimos dias 10 e 11 de abril, na Assembleia Legislativa do Pará, o I Encontro de Familiares de Camponeses Mortos, Desaparecidos e Atingidos pela Repressão Política no Campo, como parte da programação organizada pela Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e Comissão de Direitos Humanos da ALEPA para marcar o rastro de violência e dor deixado pela ditadura militar instaurada em primeiro de abril de 1964.

Ouvimos depoimentos emocionados e emocionantes das viúvas, filhas e filhos, netos e netas de líderes camponeses assassinados por pistoleiros, a serviço de latifundiários e empresas do agronegócio, e pelas polícias estaduais. Sem esconder a dor e o choro, revelaram as violências sofridas que atingiram as famílias, bem como os traumas psicológicos decorrentes.

Com dignidade e altivez, revelaram a dura luta pela sobrevivência e criação dos filhos, quando, em muitos casos, lhes tiraram a terra, e ao mesmo tempo o local de moradia, de produção e de subsistência. Com coragem, as vítimas da violência no campo exigem Justiça, reconhecimento da legitimidade política da luta dos camponeses contra o latifúndio e contra o estado ditatorial, tanto no âmbito federal como estadual.

O seminário "As políticas de Memória, Justiça e Reparação: as demandas dos desaparecidos, torturados e mortos pela ditadura militar no Brasil" contou com o apoio da Assembleia Legislativa, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), secretarias de Educação, Cultura e o Programa de Pós-graduação de História da UFPA (Universidade Federal do Pará), da Comissão Camponesa da Verdade e da Comissão Pastoral da Terra.



Foto: Paulo Roberto Ferreira



Foto: Paulo Roberto Ferreira

a Rita, trabalhamos muito para manter as famílias naquelas terras. Eu e meu irmão fomos presos, em 1984, torturados e impedidos de trabalhar. Hoje, lá temos três Projetos de Assentamento". Mas, segundo ele, a dívida do Estado e das empresas ainda é muito grande com as famílias que trabalhavam na gleba, uma área de 387 mil hectares, entre os rios Piriá e Gurupi.

"Com a Associação, prossegue Chico Barbudo, estamos travando um segundo tempo da luta, para exigir do Estado a reparação devida. Já demos entrada no INCRA com um processo para destinação de uma área de 500 hectares onde era a antiga sede da empresa, em termos de reparação coletiva. Não queremos só pedido de desculpas, queremos ação concreta. Queremos a doação daquela área, para que o governo ali construa uma escola superior, um campus universitário para todos nós.

Queremos trazer para este Seminário que devemos estar juntos, inclusive nessa bendita COP 30, para dizer para todo o mundo que esse agronegócio é criminoso,

matou muita gente. Assim como ele destruiu o meio ambiente, destruiu nossas famílias."

MULHERES ASSUMEM O PROTAGONISMO DA LUTA

Os órfãos, viúvas e viúvos das lideranças camponesas arrancaram muitas lágrimas das pessoas presentes ao seminário promovido pela SEIRDH.

No município de Mãe do Rio, Reijane Guimarães, líder do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, foi assassinada com cinco tiros, em 6 de setembro de 1996, por um pistoleiro, dentro de sua casa. Nonato Guimarães, o viúvo, que foi deputado estadual e presidente estadual do PT, declarou que a filha do casal nunca mais se recuperou do trauma.

Bastante emocionado, Nonato Guimarães, que está cego, desabafou: "tiraram a vida de uma mulher que lutava por justiça para todos e era capaz de mobilizar 2 mil pessoas na rua, numa cidade do interior do Pará". Ele responsabiliza o Estado brasileiro de proteger o latifúndio e

conclamou a todos a denunciar os crimes contra os camponeses na Conferência Mundial do Clima, a COP 30, que vai se realizar em Belém, em novembro deste ano.

Conceição do Araguaia, Sul do Estado

– "Todos nós, ainda hoje, sofremos muito no Dia dos Pais, porque gostaríamos que nosso pai estivesse aqui, ao nosso lado, e não na história do Brasil", desabafou Nédyma, filha de Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", liderança sindical assassinada em 29 de maio de 1980, quando era candidato a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no sul do Pará. A viúva, Oneide, estava com 23 anos de idade e teve que criar sozinha seis filhos. Nédyma e cinco irmãos participaram da escuta, ao lado da mãe, Oneide Lima, que virou uma referência como educadora e liderança popular em São Geraldo do Araguaia. "As filhas dos militares recebem pensão e nós ficamos com o sofrimento, por isso queremos justiça e reparação", concluiu a filha de Gringo.

Viseu: Impacto psicológico – Arlete de Aviz Lira era uma adolescente quando o pai, Quintino Silva Lira, foi assassinado, em 4 de janeiro de 1985, em Viseu, na região nordeste do Estado. “Ficamos numa situação muito difícil. Minha mãe precisava criar quatro filhos. As três mulheres tivemos que vir trabalhar em casa de família em Belém, para ajudar a nossa mãe a criar nosso irmão, que foi impactado quando assistiu à exumação do corpo de nosso pai, oito dias depois do assassinato. Ele teve distúrbios psicológicos que marcaram profundamente a vida dele. Arlete participou do Seminário, ao lado do filho, Charles Lira, neto de Quintino.

Rondon do Pará: Mandante homenageado pela Câmara – Joélina Dias da Costa, filha de José Dutra da Costa, o Dezinho, assassinado por um pistoleiro em 21 de novembro de 2000, no município de Rondon do Pará, denunciou

que o mandante do crime, o madeireiro e pecuarista José Dércio Barroso Nunes recebeu, no último dia 7 de abril, “Votos de Aplausos, concedido pela maioria dos vereadores do município, como reconhecimento pelo seu exemplo de empreendedorismo e compromisso social”. Dezinho foi ameaçado pelo madeireiro, pediu proteção, ganhou apoio da Fetagri e de parlamentares do PT, mas foi morto em frente à sua casa. O mandante passou apenas 13 dias preso. “Meu pai clamou por socorro, mas o Estado foi cúmplice de sua morte”, disse Joélina, que esteve em Belém ao lado de uma irmã e de sua mãe Maria Joel Dias da Costa, que assumiu a luta do marido, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais e eleita vereadora, pelo PT, em 2024.

MOJU: Tempo de história e memória de Virgílio Serrão Sacramento – “Lá onde meu pai

foi morto tem uma cruz, mas a qualquer momento pode alguém derrubar, porque está numa área pública. E não é reconhecida como um símbolo que marca a história de um homem que lutou pelos trabalhadores rurais de Moju. A história dele é a história do povo, é memória, e deve ser mantido esse monumento, assim como a casa que ele deixou. Nós não temos condições, mas o Estado tem e pode fazer isso”, relembra, emocionada, Sandra, filha de Virgílio Serrão Sacramento. Elias Serrão Sacramento, lembra do pai, enquanto líder do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da comunidade, que desde cedo orientou os filhos política e ideologicamente, segundo a perspectiva da Teologia da Libertação. E como pai atencioso, cuidadoso, sempre presente. Exatamente por isso, o trauma psicológico da sua perda foi muito forte, obrigando-lhes, desde cedo, a lutar pela sobrevivência, em ofícios que não o



Foto: Celso Lobo/ AID/ALEPA

de lidar com a terra. Foi difícil, mas vencemos, declara Elias. E muito da luta de Elias é dedicada a honrar a memória do pai, assassinado no dia 5 de abril, fato mascarado em simulação de acidente.

Rio Maria: Luzia Canuto, filha de João Canuto, assassinado em 18 de dezembro de 1985, e irmã de José e Paulo Canuto, assassinados cinco anos depois, avalia o Seminário, e clama por Justiça: Penso que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos e Atingidos pela Repressão Política no Campo é de fundamental importância para as famílias que lutam por memória, justiça e reparação para as vítimas da violência no campo durante e posterior ao Regime Militar. Aqui no Pará, nós precisamos de apoio, porque por mais que continuemos na luta, ainda não vimos a justiça funcionar para os crimes cometidos pelo latifúndio em parceria ou com apoio dos militares.

FAMILIARES CRIAM A COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS E ATINGIDOS PELA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO

Ao final do encontro, os familiares emitiram um comunicado, ainda em finalização, a partir das falas e contribuições dos presentes, e anunciaram a criação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos e Atingidos pela Repressão Política no Campo durante o estado ditatorial e do estado democrático, para lutar por reconhecimento político, memória, justiça e reparação.

Registrando os assassinatos, as chacinas, que ceifaram centenas de vidas de camponeses e de seus aliados que lutaram e lutam pela Reforma Agrária, desde 1964 e até 2023, atestam que o Estado, apesar das políticas de Justiça de Transição, não conseguiu cumprir a promessa de Não Repetição das graves violações aos direitos humanos dos camponeses, após o final da ditadura civil-militar.

Em seus depoimentos, os familiares indicam duas razões principais que explicam a continuidade da violência no campo: a estrutura fundiária que concentra terra e poder nas mãos de latifundiários e do agronegócio; e a impunidade dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar.

Registram a exclusão dos camponeses, assim como dos indígenas, quilombolas, extrativistas e outras comunidades tradicionais, e dos seus aliados advogados e religiosos, dos direitos da Justiça de Transição. E clamam por Justiça, Memória e Reparação.

Terminam o documento citando D. Tomas Balduino e D. Pedro Casaldàliga, que criaram a CPT: "Direitos não se pede de joelhos, mas se exige de pé".



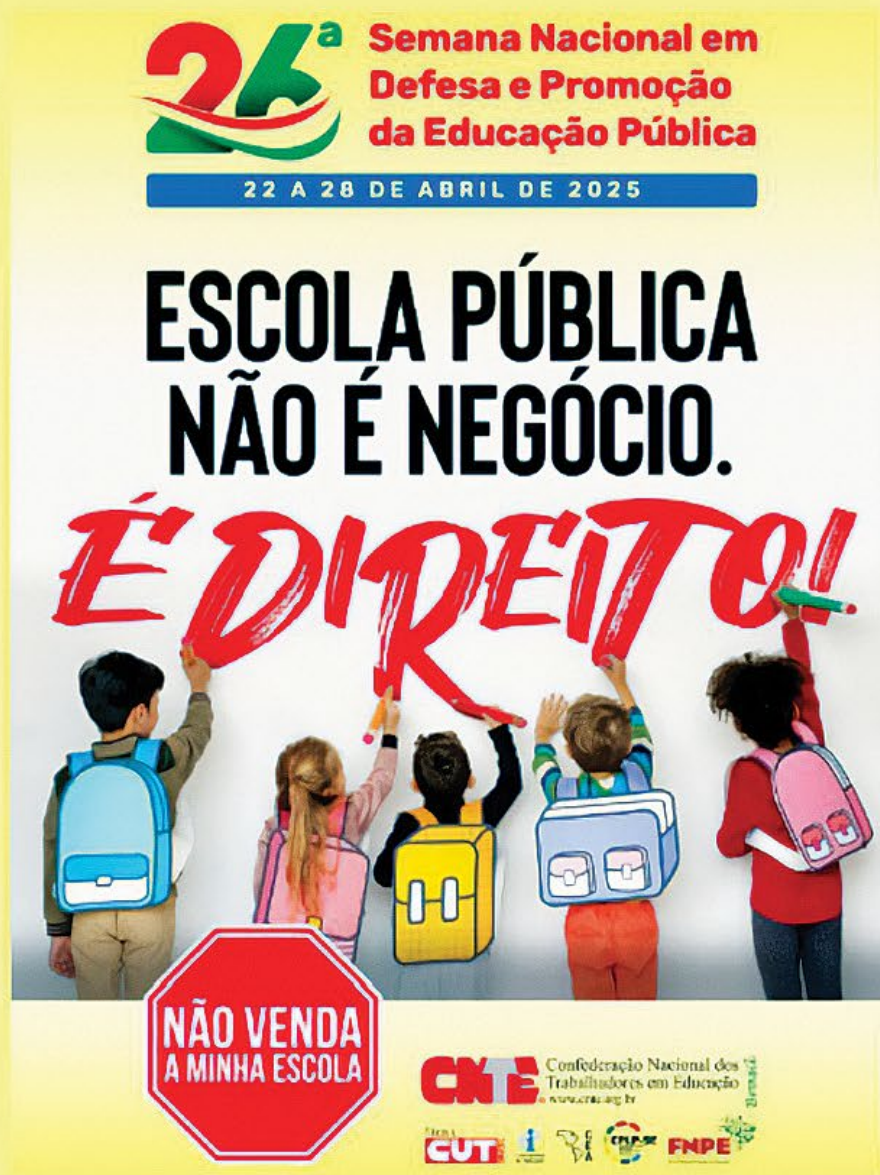
Gilney Viana - Ambientalista, membro da Comissão Camponesa da Verdade e do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



Paulo Roberto Ferreira - Jornalista.



Foto: Paulo Roberto Ferreira



**CNTE mobiliza o país na
26ª Semana Nacional em Defesa da
Educação Pública**



Fotos: TaquiPrati

O NINHO DO JAPU “FURA-BANANA” NO UMBIGO DO CÉU

José Bessa Freire

Menino, nem te conto! Não vou mentir. Nunca te vi mais gordo, mas já simpatizo contigo. Te conheci há duas semanas, quando li a dissertação de mestrado do Joaquim da Silva Lopes sobre ninhos de aves da Amazônia, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Lá me deslumbrei com a foto do teu ninho, uma obra prima digna de figurar na Bienal de Veneza. Foi amor e leitura à primeira vista, o que me fez entrevistar o novo mestre sobre as aves e seus ninhos.

Aliás, uma dessas aves é o *João-de-barba-grisalha*, que conheço desde 2007.

Da família do *João-de-barro*, ele constrói seus ninhos com “erva-de-passarinho” e esconde a entrada com gravetos para impedir que as cobras devorem os ovos e seus filhotes. O acesso é por um túnel. A arquitetura sofisticada lembra uma fogueira de São-João. Muito bonito, mas aqui pra nós, sem a exuberância do teu ninho.

Eu disse pra ele: – João, o Japu é um artista. Sabe o que ele me respondeu?

– Quem é o Japu? Quem é esse tal de Joaquim? Não os conheço.

O BIÓGRAFO DO JAPU

Dei detalhes:

– Rapaz, deixa de comer mosquito. Tu conheces sim. O nome Baniwa do Joaquim é *Malimaaka*. Ele é filho do seu Antônio, do clã *Waliperedakenai*, e da dona Inésia, do clã *Hohodeeni*, lá da aldeia *Koitytsiali Inomanaa*, na foz do igarapé Mutum, hoje Comunidade Canadá, no rio Ayari, em São Gabriel da Cachoeira (AM). Começou a estudar aos 12 anos e aprendeu a falar a língua portuguesa aos 15 anos. Na década de 1990 cursou Licenciatura Indígena na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Agora é mestre em Biologia.

Foi aí que caiu a ficha. O Barba-Grisalha, alisando com o bico os fios do queixo, reconheceu:

– Ah, já sei quem é. Por que você não revelou logo, de saída, o nome original que o pai lhe deu e que

costuma ser rejeitado pelo Cartório? Lembro muito bem do *Malimaaka*.

Eu costumava fazer voos rasantes sobre sua aldeia. Ele tem cinco irmãos e três irmãs. Era o melhor aluno da *Escola Bilingue Eeno Hiepole*, que significa *Umbigo do Céu*. Antes a prefeitura havia dado o nome de *Escola Tiradentes*, mas trocou de nome por pressão dos Baniwa. Agora sei quem é o Joaquim. Mas, e o Japu? Quem é esse tal de Japu?

– Se eu disser o nome dele em língua Baniwa, você vai saber quem é. O Japu é o *Towiri*.

– Quem? O *Towiri*? Qual deles? Existem várias espécies dessa ave do gênero *Psarocolius*. Todos são meus amigos, incluindo o *Fura-banana*, de grande porte, três vezes maior do que eu. Ele tem cor preta, bico alaranjado, olhos azuis e cauda amarela. Gosta de se exhibir para as fêmeas, cantando e dançando, se inclinando para a frente, num movimento gracioso. O som do seu canto parece o de um piano – disse o Barba-Grisalha, confirmando o que me disse o Joaquim na entrevista via zapp.



O Barba-Grisalha despediu-se, então, de mim e saiu voando para a sua morada mais ao norte. Posto que mais vale um pássaro na mão do que dois voando, fico contigo, amigo Japu, para te apresentar aqui o resumo da dissertação *“Uso de rizomorfos em ninhos de aves da Amazônia e conhecimento Indígena do povo Baniwa na bacia do rio Ayari”* defendida em 28 de fevereiro, na qual você é o personagem principal.

AS PENAS DO JAPU

Te digo que o Joaquim, teu biógrafo, estabeleceu um diálogo intercultural entre o conhecimento Baniwa e o saber da academia. Com ajuda da Noemia e da Camila, suas orientadoras, buscou autores nacionais e estrangeiros que te estudaram.

Passou um pente fino em publicações ligadas ao tema editadas em diferentes línguas, inclusive em Nheengatu e em diversos países: Argentina, Paraguai, Costa Rica, Colômbia, Venezuela, Malásia, Tailândia e na Europa, que indicam o uso de vegetais e de fungos na construção de ninhos.

Um desses autores, o zoólogo suíço Emilio Goeldi (1859-1917), que foi diretor do Museu Paraense, estudou as aves da Amazônia e anunciou para o mundo da ciência, em 1897, que o teu ninho, amigo Japu, era construído com uma *“substância peluda preta, muito parecida com as crinas de cavalo”*, conhecida como cordão micelial e denominada pelos micólogos de rizomorfo, que é uma formação semelhante a uma raiz. Confere?

O outro é o botânico Jacques Huber (1867-1914), também suíço, que no Museu Paraense estudou as plantas da Amazônia e identificou, em 1902, um dos rizomorfos com o qual a família Japu fabrica o seu ninho – o rizomorfo de *Marasmius* – uma espécie de fungo marrom-avermelhado que produz pequenos cogumelos. Efetivamente, essas macroestruturas pretas ou marrom-escuras semelhantes a fios de cabelos são produzidas por alguns macrofungos.

Foi aí que o Joaquim Malimaaka e sua orientadora encontraram num pé de angelim no terreno do Museu da Amazônia (MUSA), em Manaus, um ninho cheio de rizomorfos. Observaram que havia uma interrelação entre aves e fungos, que revelava a interdependência das espécies. Ele decidiu procurar ninhos dos teus parentes em duas localidades de Manaus e em São Gabriel da Cachoeira.

O ESTRANHO NO NINHO

Como é que ele fez seu trabalho de campo? O pesquisador acadêmico Joaquim da Silva Lopes vestiu-se com a pintura corporal do Baniwa Malimaaka, acostumado desde sua infância a observar o voo do Japu no entorno de sua aldeia.

Ele já conhecia sua plumagem linda e chamativa, seus cantos maviosos e seus ninhos pendulares.

Mas, em junho de 2024, acompanhado de seu pai, foi até o igarapé Miriti e lá os dois encontraram 19 ninhos caídos nas folhas de uma bacabeira de sete metros, ao lado de um ninho de vespas.

O danado do Joaquim Malimaaka voltou em janeiro de 2025 para uma segunda coleta e viu uma colônia nova de japuguaçu, no momento em que as fêmeas tricotavam com amor seus ninhos enormes em formato de bolso.

Era um espetáculo belíssimo: a árvore altíssima estava toda ocupada por ninhos do japu e as bolsas longas de 1 metro de comprimento balançavam ao vento. Os filhotes só ali, na moleza, embalados como numa rede de dormir. Na tardinha, outro show: o bando, chefiado por um guia, voou para o seu dormitório. Diante daquilo, até o agnóstico mais empedernido se ajoelhou.

É uma pena – diz Malimaaka – que o desmatamento e as queimadas estraguem esse espetáculo. Observou na área urbana de Manaus material artificial usado nos ninhos como os fios de pipa. E sobre o tema, trocou ideias com colegas indígenas de mestrado: Yuri Kuikuro, Diogo Cinta Larga, Alirio Afaba, Alexandre Tyson.

O estudo do Joaquim conquistou pesquisadores indígenas e não indígenas que, em um puxurim científico, chegaram na espécie do rizomorfo. O DNA de um pedacinho foi examinado e descobriram que a espécie é *Marasmius neocrisequi*.



Fotos: TaquiPiriti

O BARULHO DA VIDA

No trabalho de campo, seu Antônio, o pai de Joaquim Malimaaka, foi semeando pelo caminho narrativas, que caíram em terreno fértil e foram registradas no 1º capítulo da dissertação. Na cosmologia e na história oral do povo Baniwa, ele destacou a importância simbólica e espiritual do Japu, cuja origem está ligada às narrativas de transformação e à relação entre humanos, espíritos e natureza.

– As narrativas sobre a origem das aves são conhecidas de acordo com os clãs. Sou do clã *Waliperedakenai* (Constelação de Sete Estrelas) e sigo as histórias de acordo com minha linhagem ancestral. É possível que outros clãs Baniwa tenham versões diferentes – escreve Joaquim Malimaaka, para quem o japu é mensageiro e intermediário entre o mundo físico e o espiritual, além de fornecer penas amarelas para as cangataras (cocares) e outros adornos.

Ele explica que ninguém mata o japu, que não é comestível, além de ser muito respeitado pelos Baniwa. Suas penas são coletadas de forma natural, algumas vezes caídas do céu e das árvores, outras retiradas para uso ritual daquelas aves criadas em cativeiro. Isso é feito de forma cuidadosa, amorosa, por meio de técnicas que não machucam o japu domesticado.

– Nos rituais de benzimento, o espírito de aves de bom comportamento é invocado para abençoar crianças em sua passagem para a maturidade. O benzedor transmite às crianças valores como independência e capacidade de produzir seus próprios bens, preparando-as para se tornarem futuras lideranças. Esse ritual serve para afastar pensamentos egoístas, promovendo exemplos de autossuficiência e colaboração – conclui Joaquim.

Com essa pesquisa, Joaquim Malimaaka obteve o diploma de mestre. Mas todo mundo ganhou com esse momento histórico, no qual “indígenas se tornam agentes sociais que refletem, questionam e produzem conhecimentos”, como sinaliza Ana Carla Bruno, antropóloga do INPA, instituição cujo diretor, o ecólogo Henrique Pereira, reconhece “a importância da aproximação da academia ocidental com as ciências indígenas amazônicas e a relevância da política de inclusão e de diversidade social”.

Consciente de que o formato dos editais ao mestrado dificultava o ingresso de indígenas, Noemia Kazue Ishikawa, então coordenadora do PPG-Eco, propôs a substituição da prova de língua inglesa para a de língua portuguesa, que é a segunda língua para muitos indígenas: Joaquim, o primeiro a defender sua dissertação, “trouxe uma imensurável bagagem de conhecimentos bioló-

gicos e ecológicos de sua vivência cotidiana” – disse Noemia.

Trouxe também poesia. Noemia poetizou em parceria com seu orientando sobre a vida na floresta tecida pelo japu, que ocupa lugar especial na narrativa oral Baniwa. O agora mercedamente mestre em Biologia sabe que o Japu é o Japu de tantas histórias e de tantas penas bonitas. Por isso, registrou o lugar dessa ave nas tradições do seu povo, consciente de que “a oralidade é o barulho da vida que temos dentro de nós”, como nos ensina o pajé guarani Wherá Tupã.

P.S. Na quinta-feira, 13 de março, foi inaugurada no Campus do INPA a Sala de Intercâmbio Científico e Cultural Indígena, espaço dedicado à promoção da troca de conhecimentos e experiências entre diferentes culturas e áreas do saber científico. Esperamos que a vida faça muito barulho lá dentro.

Joaquim da Silva Lopes: *Uso de rizomorfos em ninhos de aves da Amazônia e conhecimento indígena do povo Baniwa na bacia do rio Ayari.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia. Manaus. INPA. 2025. Banca: Noemia Kazue Ishikawa (orientadora), Camila Cherem Ribas (coorientadora), Henrique Pereira dos Santos (ecólogo), Mario Cohn-Haft (Ornitólogo) e Rogério Hanada (Micólogo).

José R. Bessa Freire. Resiste, João. Carta ao João-de-Barba-Grisalha. Taquiprati. 04 de novembro de 2007. Manaus. Diário do Amazonas.



José Bessa Freire – Escritor. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*. Crônica publicada originalmente em seu blog www.taquiprati.com.br



Foto: Taquiprati



O MITO INDÍGENA DO SOL SEGUNDO O POVO TIKUNA



Foto: Jussara Gruber/ISA/ Reprodução

Antigamente, muito antigamente, no tempo em que vivia entre os Ticuna, o Sol era um moço forte e muito bonito.

Por ocasião da festa de Moça-Nova, o rapaz ajudava sua velha tia no preparo da tinta de urucu. Ia à mata e trazia uma madeira muito vermelha, chamada mui-rapiranga. Cortava a lenha para o fogo onde a velha fervia o urucu para pintar os Ticuna.

A tia do moço era muito mal-humorada, estava sempre a reclamar e a

pedir mais lenha. Um dia, o Sol trouxe muita mui-rapiranga, e a velha tia ainda resmungava insatisfeita.

O rapaz resolveu então que acabaria com toda aquela trabalheira. Olhou para o fogo que ardia, soltando longe suas faíscas. Olhou para o urucu borbulhante, vermelho, quente. Desejou beber aquele líquido e pediu permissão à tia que consentiu: – Bebe, bebe tudo e logo, disse zangada.

Ela julgava e desejava que o moço morresse. Mas, à medida

que ia bebendo a tintura quente, o rapaz ia ficando cada vez mais vermelho, tal qual o urucu e a mui-rapiranga. Depois, subindo para o céu, intrometeu-se entre as nuvens. E passou desde então a esquentar e a iluminar o mundo.

Fonte: https://www.ufmg.br/cienciaparatodos/wpcontent/uploads/2012/06/leituraparatodos/Textos-Leitura-Etapa-3-e-4/e34_56-mitoindigenadosol.pdf

A NOVA REVOLUÇÃO VERDE: BRASIL E CHINA LIDERAM PARCERIA SUL GLOBAL POR AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Marina do MST



Foto: Reprodução

O futuro do mundo não está no domínio de poucos, mas na união de muitos contra a miséria e as injustiças sociais. O século XXI nos convoca a reformular a ordem mundial imposta pelo colonialismo, pelo neoliberalismo e pelo poder militar e financeiro das grandes potências imperialistas que exploram as riquezas dos povos e territórios do Sul Global.

Nossa resposta deve ser coletiva e firme, em busca de um projeto humanitário de emancipação social. Neste contexto, a parceria entre Brasil e China adquire um significado estratégico para além de fluxos comerciais: trata-se da construção de alternativas concretas, de um caminho autônomo de desenvolvimento baseado na justiça social, na paz e no respeito mútuo entre as nações.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) vem protagonizando o debate e a construção de políticas públicas que priorizam a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, a participação popular e o acesso à saúde e à educação. Enraizado nas mobilizações sociais, o partido tem como fundamento o compromisso com uma política anti-imperialista,



solidária e ativa, e acredita que a cooperação externa deve ser voltada ao bem-estar dos povos.

A parceria entre os governos brasileiro e chinês começou a se consolidar a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência. Logo em 2004, foram realizadas uma visita oficial de Lula ao país, a assinatura de acordos bilaterais e a criação do Fórum de Diálogo China-Brasil. O companheirismo entre as nações continuou a se expandir durante o governo de Dilma Rousseff (PT), que visitou o país em 2012, e recebeu Xi Jinping em sua primeira visita ao Brasil em 2014.

Historicamente, a relação entre o partido chinês e o Partido dos Trabalhadores tem sido guiada por princípios de solidariedade e respeito. Em visita inédita à China, a delegação de parlamentares representantes do MST, da qual faço parte, ao lado dos deputados Rosa Amorim (PT-PE), Mauro Rubem (PT-GO), Missias do MST (PT-CE) e Goura Nataraj (PDT-PR) e dos vereadores Edilson do MST (PT-PE) e Tito do MST (PT-PA), foi recebida pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista em um gesto de solidificação desses laços.

Estou convencida de que essa amizade pode gerar frutos concretos para a integração do Sul Global e para o fortalecimento da agricultura familiar, da produção de alimentos saudáveis e da dignidade no campo.

A governança de Xi Jinping acumula experiências valiosas em extensão rural, mecanização e uso de inteligência artificial aplicadas à pequena produção, além de um histórico recente de superação da fome em áreas rurais. Por sua vez, o Brasil possui uma vasta rede de movimentos sociais, cooperativas, escolas técnicas e saberes tradicionais, que podem dialogar com essas experiências em pé de igualdade.

A China é hoje a principal parceira econômica do Brasil, tendo

como carro-chefe as commodities agrícolas, que, embora sejam importantes para a balança comercial, estão associados a um modelo de produção latifundiário, ancorado no uso intensivo de agrotóxicos e no desmatamento.

Contudo, existe um Brasil formado por pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais, responsáveis por mais de 70% dos alimentos consumidos pela população. É este Brasil, de produção sustentável e diversificada, que precisa ser reconhecido e integrado de maneira ativa na cooperação com a China.

Durante o encontro, foi destacada a importância de investirmos conjuntamente em ciência, tecnologia e inovação voltadas para a agricultura camponesa, priorizando áreas como mecanização agrícola, produção de bioinsumos e o intercâmbio de políticas públicas.

É essencial o desenvolvimento de um planejamento de médio prazo para a inserção de máquinas agrícolas de pequeno porte no Brasil, visando a criação de fábricas chinesas em território brasileiro, preferencialmente por meio de joint-ventures. O exemplo exitoso das parcerias da Universidade Agrícola da China com a Universidade de Brasília e com o Consórcio Nordeste evidencia a qualidade dos produtos chineses e constitui um importante marco para novas iniciativas.

O compartilhamento de tecnologias para o desenvolvimento de bioinsumos, especialmente os derivados do tratamento de resíduos sólidos e urbanos, se configura como mais um pilar da parceria entre as duas nações. O Brasil é um líder em diversas áreas desse setor, como o estudo microbiológico. Além de ser uma prática sustentável, essa atividade tem um enorme potencial econômico: o mercado de bioinsumos atingiu US\$900 milhões na safra 2023/2024, com pelo menos 17% da área agrícola utilizando algum tipo de "bioinsumo".

Outras propostas defendidas na parceria incluem: o estabelecimento de intercâmbios técnicos e científicos entre universidades, institutos de pesquisa e cooperativas com foco em agroecologia, recuperação de solos e tecnologias limpas; investimentos conjuntos em infraestrutura logística adaptada à pequena produção; e a abertura de mercado na China para produtos de base familiar brasileira, a exemplo de mel, frutas, castanhas, cafés especiais e fitoterápicos.

Em novembro de 2024, tive a oportunidade de prestigiar o lançamento da edição traduzida para o português do livro *Superar a Pobreza*, do presidente Xi Jinping, organizado pela Fundação Perseu Abramo, no Rio de Janeiro.

A leitura desta obra me proporcionou uma compreensão mais profunda das políticas chinesas de combate à pobreza e seu papel central no desenvolvimento do país. Com base nesse aprendizado, acredito ser fundamental fortalecer o intercâmbio de políticas públicas entre Brasil e China no enfrentamento da extrema pobreza, a fim de promover um desenvolvimento mais inclusivo.

A soberania alimentar será um tema central do século XXI. Precisamos garantir que a produção de alimentos esteja nas mãos do povo, respeite o meio ambiente e seja capaz de alimentar todos com dignidade.

O Partido dos Trabalhadores está comprometido com essa agenda, e tenho plena confiança de que o Partido Comunista da China reconhecerá o valor estratégico da agricultura camponesa como um pilar fundamental de uma cooperação mais justa, humana e transformadora.



Marina do MST – Deputada estadual pelo PT-RJ. Publicada originalmente em <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/04/01/artigo-marina-do-mst-focus-183/>



AMANHÃ SERÁ UM LINDO DIA

GUILHERME ARANTES



19,8%

REESTRUTURA A CARREIRA JÁ!

RUMO À META 17

O que você tem a ver com a campanha salarial do magistério público do DF?

Você deve estar se perguntando: Por que conhecer a campanha salarial do magistério público do DF? A resposta é fácil: Porque educação de qualidade começa com professores e orientadores educacionais valorizados!

É por isso que, nesta edição da Xapuri, o Sinpro-DF apresenta um dos pontos da **Campanha Salarial 19,8%, rumo à meta 17 – Pela reestruturação da Carreira Já!**. Vamos falar do achatamento de padrões.

Embora o nome seja estranho, a explicação é fácil. O objetivo do Sinpro-DF é que professores e orientadores educacionais cheguem mais cedo ao topo da tabela salarial e, conseqüentemente, tenham acesso mais rápido a melhores vencimentos.

Além disso, o achatamento dos padrões também amplia o benefício de quem aposentou de 2004 a 2019, e têm como cálculo para a aposentadoria a média de 80% dos maiores salários.

Nossa campanha atinge os professores e orientadores educacionais do DF. Mas a nossa luta histórica é para que a valorização seja uma realidade para todos os profissionais do magistério do Brasil.

Quando professores e orientadores educacionais conquistam melhores salários e condições de trabalho, toda a sociedade ganha!

Acesse o QR Code
e saiba mais



1964 e 8 de JANEIRO: PASSADO E PRESENTE SE ENCONTRAM NO BANCO DOS RÉUS

Revista Focus Brasil



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

O Brasil chega aos 61 anos do golpe militar de 1964 em um momento crucial de sua história democrática. Enquanto o Supremo Tribunal Federal julga o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados militares por tentativa de golpe em 2022, a sociedade brasileira se vê diante de um espelho que reflete tanto as sombras do passado quanto os desafios do presente.

O julgamento histórico, que pode resultar em penas de até 43 anos de prisão para os acusados, não se limita ao aspecto jurídico – ele representa um acerto de contas com um ciclo de violência política que parecia ter ficado para trás, mas que ressurgiu com força nos últimos anos.

Na quarta-feira, 26 de março, o STF aceitou a denúncia contra Jair Bolsonaro (PL) e sete aliados – entre eles generais, almirantes e ex-ministros – por liderarem uma trama antidemocrática após a derrota eleitoral de 2022. Os réus, que respondem por crimes como tentativa de abolição violenta do Estado democrático, podem pegar até 43 anos de prisão.

A sessão do STF que aceitou a denúncia contra Bolsonaro e seus aliados foi marcada por falas contundentes dos ministros. Cármen Lúcia, citando a historiadora Heloisa Starling, lembrou que “golpe não se faz em um dia”, traçando um paralelo direto entre os eventos de 2022 e o processo que levou ao golpe de 1964.

Já Flávio Dino foi ainda mais enfático ao afirmar que “Golpe de Estado mata”, lembrando que as consequências de rupturas democráticas se estendem por anos, como bem mostra o caso do deputado Rubens Paiva, desaparecido durante a ditadura militar. A presença de familiares de vítimas do regime militar, como Ivo Herzog e Hildegard Angel, conferiu ao julgamento um peso simbólico ainda maior, conectando as lutas do passado com os combates do presente.

A ditadura militar (1964-1985) não foi um evento isolado na história brasileira, mas sim o ápice de um processo de militarização da política que remonta à Revolução de 1930. O regime que se instalou em 1964 combinou repressão política com um projeto econômico que, embora tenha promovido crescimento industrial, aprofundou desigualdades e concentrou renda.

A transição para a democracia, marcada pela Lei da Anistia de 1979, deixou pendente a questão da responsabilização pelos crimes cometidos durante o regime – uma dívida histórica que hoje se reflete no debate sobre como lidar com os eventos de 8 de janeiro de 2023.

O governo Lula tem sido enfático em sua posição contra qualquer tentativa de anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 2023. Ministros como Luiz Marinho e Gleisi Hoffmann têm repetido que a responsabilização penal dos envolvidos é um “dever histórico” para a consolidação da democracia brasileira. Essa posição se choca, no entanto, com pressões de setores do Congresso que defendem um “esquecimento” dos eventos recentes – reproduzindo, em certa medida, o mesmo padrão que marcou a transição da ditadura para a democracia nos anos 1980.

O PASSADO QUE NÃO PASSA: O QUE 1964 E 2022 TÊM EM COMUM

O Brasil enfrenta hoje desafios que vão além do julgamento dos responsáveis pela tentativa de golpe. A herança do governo Bolsonaro inclui não apenas a militarização de pastas civis e a apologia à tortura, mas também uma crise econômica e social agravada por anos de má gestão. Enquanto isso, setores golpistas continuam ativos tanto nas Forças Armadas quanto no Congresso, alimentando campanhas de desinformação

que minam a credibilidade das instituições democráticas.

Nesse contexto, a defesa da democracia não pode se limitar ao campo simbólico – ela exige reformas estruturais que vão desde a área de segurança pública até o sistema tributário, passando por uma profunda revisão do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira.

Os 61 anos do golpe de 1964 e o julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de 2022 representam dois momentos cruciais de uma mesma história. Se em 1964 o Brasil sucumbiu ao autoritarismo, em 2022 as instituições democráticas resistiram – mas a vitória ainda está longe de ser completa.

Como bem lembraram os ministros do STF, a democracia não se celebra apenas no discurso: ela exige vigilância constante, memória ativa e, acima de tudo, a coragem de fazer justiça quando necessário.

O Brasil tem hoje a oportunidade de virar uma página triste de sua história – não apagando o passado, mas aprendendo com ele para construir um futuro mais justo e democrático. Como publicou o STF em suas redes sociais: *“Lembrar para que nunca mais se repita”*.

O Brasil tem, agora, a chance de virar essa página – sem esquecer as lições do passado, mas com os olhos no futuro.

Fonte: Revista Focus Brasil – <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/04/01/1964-e-o-8-de-janeiro-focus-183/>

APIB SOMOS NÓS: EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO E DA VIDA



Foto: Jacqueline Lisboa / WWF-Brasil

A 21ª edição do ATL, a maior mobilização indígena do Brasil, ocorreu entre os dias 7 e 11 de abril, em Brasília.

No Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, 7 de fevereiro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) revelou o tema escolhido para o Acampamento Terra Livre (ATL) 2025: “APIB somos todos nós: Em defesa da Constituição e da vida”.

A escolha do tema reforçou o empenho dos mais de 300 povos indígenas em garantir os seus direitos previstos na Constituição Federal, promulgada em 1988. O tema também celebrou a união e a resistência do movimento indígena representado pela Apib, que, neste ano, completa 20 anos de luta e conquistas.

Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib, alerta que direitos indígenas fundamentais – como a

demarcação dos territórios ancestrais e o usufruto exclusivo das Terras Indígenas, todos garantidos pela Constituição – estão sob ameaça.

Segundo ele, essa situação é consequência dos ataques constantes aos povos indígenas por agentes públicos e do lobby de empresários ruralistas, que resultaram em legislações e propostas como a Lei do Genocídio Indígena (Lei 14.701/23) e a PEC 48, ambas relacionadas à tese do marco temporal.

“É preciso demarcar e proteger as terras indígenas. Nós, povos indígenas, temos lutado fortemente para que o texto constitucional seja seguido. Para isso é importante que os direitos indígenas sejam garantidos e implementados, que as instituições sejam respeitadas e o movimento indígena seja ou-

vido. Somente assim teremos uma democracia brasileira ainda mais fortalecida, diz Dinamam.

O Acampamento Terra Livre é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e suas sete organizações regionais de base, sendo elas: Apoinme, Arpin Sudeste, Arpin Sul, Aty Guasu, Conselho Terena, Coiab e Comissão Guarani Yvyrupa.

No ano passado, o acampamento reuniu cerca de 9 mil indígenas e mais de 200 povos na capital federal, que ao longo de cinco dias debateram e marcharam contra o marco temporal.

A tese jurídica defende que os povos indígenas só têm direito à demarcação de suas terras tradicionais se estivessem ocupando essas terras em 5 de outubro de 1988, data da publicação da Constituição Federal do Brasil, desconsiderando

o histórico de violência enfrentado pelos povos indígenas.

“DEMARCAÇÃO É MITIGAÇÃO”

O estudo “Demarcação é Mitigação” também afirma que a política de demarcação dos territórios indígenas deve ser uma estratégia de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) do Brasil para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

No Brasil, Terras Indígenas ainda em fase de estudo ou delimitadas apresentam maiores taxas de desmatamento (0,2% ao ano) em comparação com as TIs declaradas, regularizadas e homologadas (0,05% ao ano).

Esse dado é apontado pelo estudo “Demarcação é Mitigação: Contribuições Nacionalmente Determinadas brasileiras sob a perspectiva indígena”, lançado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) em 14 de novembro último, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Baku, Azerbaijão.

Para a APIB, o resultado do estudo reforça a importância da demarcação e proteção das Terras Indígenas no enfrentamento das mudanças climáticas. “Os compromissos climáticos do Brasil serão atingidos quando o Estado avançar na política de demarcação dos territórios indígenas. Não há justiça climática e preservação da biodiversidade sem demarcação”,

afirma Dinamam Tuxá, coordenador executivo da organização indígena.

O estudo também revela que, nos últimos dez anos, o Brasil aumentou significativamente suas emissões de gases de efeito estufa devido à conversão de vegetação nativa em pastagens e monoculturas, com maior desmatamento em áreas privadas e públicas não destinadas.

Em contraste, os territórios indígenas apresentaram taxas de desmatamento mais baixas, mesmo durante o governo Bolsonaro, entre 2019 e 2021, quando a perda de vegetação nessas áreas foi menor que em territórios não protegidos.

“É evidente que o reconhecimento territorial e, em sua decorrência, a implementação da política pública de proteção dos territórios indígenas (PNGATI), representa uma das políticas de mitigação climática mais promissoras para que o Brasil consiga atingir sua meta climática.

Ou seja, políticas de demarcação e proteção de TIs representam uma avenida estratégica para o cumprimento da NDC brasileira. A ciência indígena resultante dos modos de vida milenares é chave para o equilíbrio climático”, destaca trecho do documento.

A RESPOSTA SOMOS NÓS

Para a APIB, a 21ª edição da mobilização também foi um momento estratégico para discutir a campanha “A Resposta Somos Nós” e a participação indígena na Conferência

das Partes (COP-30), que ocorrerá em novembro em Belém (PA).

Lançada durante a Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, a campanha destaca a necessidade de ações decisivas contra a crise climática, como o fim da era dos combustíveis fósseis, uma transição energética justa e o reconhecimento da autoridade climática dos povos indígenas e de seus territórios na proteção da vida no planeta. (Confira a íntegra do chamado indígena no site oficial da campanha: www.arespostasomosnos.org).

No dia 16 de novembro de 2024, a Articulação realizou uma manifestação pacífica na capital carioca para denunciar a falta de ação das nações mais ricas e poluentes do mundo no enfrentamento da crise climática global.

As imagens de líderes de países ricos e poluidores – China, Estados Unidos, Índia, União Europeia, Rússia e Japão – foram colocadas na água, em frente ao Pão de Açúcar, para evidenciar que a crise climática é também uma crise de liderança e de valores.

Segundo uma pesquisa da APIB, Terras Indígenas em estudo ou delimitadas têm maior taxa de desmatamento (0,2% ao ano) do que as já regularizadas (0,05%). O dado, parte da pesquisa “Demarcação é Mitigação”, reforça a importância da demarcação na luta contra as mudanças climáticas. O estudo, feito em parceria com IPAM e CIMC, foi lançado na COP-29, no Azerbaijão.

Fonte: <https://apiboficial.org/atli-2025/>



Foto: @scallyhandewd/ APIB/ Reprodução



ENHEDUANNA: a autora mais antiga do mundo

Enheduanna, que viveu 4.300 anos atrás, é a autora mais antiga do mundo de quem temos conhecimento.

Sim, antes da antiga poeta grega Safo, antes de Confúcio, antes mesmo até da Epopeia de Gilgamesh, houve Enheduanna: uma sacerdotisa, princesa, poeta e professora que viveu, escreveu e governou como parte da sociedade mais antiga do mundo. A história dela é também a história do começo do mundo escrito – e da civilização como conhecemos!

Naquela época, os atuais territórios de Iraque, Síria e Turquia eram parte de uma região antiga chamada Me-

sopotâmia, onde muita gente acredita que o que hoje se chama civilização começou. Também foi onde a primeira escrita foi desenvolvida.

A escrita cuneiforme, um sistema de marcas feitas com cunhas, talhadas em tabuletas de argila, foi usada 3 mil anos como escrita por uma variedade de línguas. As tabuletas de argila duravam milhares de anos e são as primeiras peças escritas descobertas. Muitas tabuletas contêm leis, orações e cartas comerciais em formato escrito.

Enheduanna é filha do poderoso rei Sargão de Akkad (2334-2279

a.C.) e da esposa dele, a rainha Tashlultum. O rei Sargão, considerado o primeiro imperador do mundo, uniu a maior parte das terras da Mesopotâmia sob sua bandeira, quando os exércitos do norte da Mesopotâmia invadiram os sumérios no sul, o que abriu caminho para o estabelecimento do Império Acadiano, o primeiro império da história unido sob a bandeira de um líder.

Sargão nomeou sua filha como a primeira sacerdotisa e esposa de Nanna, o deus da lua, na cidade suméria de Ur, e essa nomeação fazia



parte de seu plano para fortalecer os pilares de seu governo. E quando ela assumiu sua missão, seu nome passou a ser "Enheduanna", que na língua suméria significa "a primeira sacerdotisa, o adorno do céu".

Nessa função, como esposa do deus da lua e representante de seu pai, o rei, ela se tornou a figura mais importante em Ur, e sua personalidade ficou mais evidente porque ela escreveu poesia, e seu pai, o rei, pediu ela para escrever hinos para Inanna, a deusa do amor, da guerra e da fertilidade. Designou a filha como Alta Sacerdotisa, um papel de importância política, espiritual e social; ela é a primeira mulher conhecida a ter esse título.

Em 1927, nas areias desérticas do Iraque, um fragmento de uma dessas tabuletas de argila com textos de Enheduanna foi descoberto em um cilindro de alabastro, entre ruínas antigas que foram descobertas em Ur durante as escavações da missão arqueológica britânica chefiada pelo arqueólogo Leonard Woolleys (1880-1960), e posteriormente verificadas por um especialista em história antiga da Assíria na Universidade de Sydney, a pesquisadora australiana Louise Brycki em sua dissertação sobre o cilindro para seu doutorado.

Em sua dissertação, Brycki afirmou que o cilindro (agora alojado no Museu da Pensilvânia na Filadélfia) mostra Enheduanna em primeiro plano, com seu nome na lateral do cilindro, enquanto ela dedica um pódio à deusa suméria Inanna em seu templo. Este cilindro é a única testemunha sobrevivente que mostra o nome e a forma de Enheduanna, e um texto indicando que ela é a esposa do deus da lua Nanna e filha do rei Sargão Akkad.

O texto foi transferido para a Tablet séculos depois de seu tempo, o que indica a continuação de seu legado muito depois disso. Parece dessa cópia que Enheduanna dedicou este cilindro único a um templo para comemorar sua construção. Fica claro pelos textos daquela sacerdotisa que ela glorificou a deusa Inanna mais do que todas as outras divindades sumérias. Seus

poemas sobre Inanna são os primeiros textos escritos de uma deusa antiga.

A escrita neste cilindro é de uma cópia de uma antiga placa babilônica datada entre 1894 e 1595 a.C., registrada cronologicamente centenas de anos após o poema Enheduanna. A cena gravada na seção correspondente do cilindro representa um pátio sagrado ao ar livre, à esquerda dele está um edifício de várias camadas, e uma Enheduanna no meio com algum espaço ao redor, atrás dela dois sacerdotes carregando vasos rituais, e um padre na frente dele aspergindo líquido sagrado em um altar.

Enheduanna está vestida com um manto em camadas com franjas e um chapéu em forma de anel, e tanto a touca quanto a touca se tornam um vestido ritual para aqueles que vieram depois dela. É claro pelo movimento de sua mão que ela está repreendendo ou punindo, e a direção de seu rosto está voltada para cima, como do mundo terreno para o mundo espiritual submisso de Inanna.

Desde a descoberta e escavação, pelo menos três dos grandes trabalhos de Enheduanna foram traduzidos para o inglês a partir da antiga linguagem suméria: dois são cânticos de devoção a Inanna, a poderosa deusa do amor, da guerra e da fertilidade. A "Exaltação de Inanna" tem 153 li-

nhas e é cheia de amor e admiração pela grande deusa. Também conta a história de como Enheduanna foi forçada pelos inimigos a deixar o trono; ela agradece Inanna por ajudá-la a voltar e retomar sua posição de poder.

A escrita de Enheduanna é impressionante, não apenas por causa do quanto de tempo tem, mas também pelo quanto é boa e bastante pessoal. Seus cânticos e poemas expressam suas emoções apaixonadas, tanto de alegria e amor, quanto de medo e raiva. Ela também escrevia na primeira pessoa, o que significa que usava "eu" e "mim", em vez de ela e ele.

Outro diferencial é que a sua voz é confiante e forte. A escrita nos diz que ela viajava ostensivamente, pois descreve em detalhe a beleza de inúmeros templos. Seus escritos foram copiados e honrados por séculos, e ainda se acredita que tiveram grande influência no desenvolvimento da literatura e da religião dos mil anos seguintes.

Fontes: Mulheres Incríveis. Escrito por Kate Schatz. Editora Astral Cultural, 2017. "Os textos históricos mais antigos..." <https://www.uniaolibanesa.net.br/os-textos-poeticos-mais-antigos-de-3-400-anos-a-c-foram-escritos-por-uma-mulher-a-princesa-enheduanna/>. Edição: Zezé Weiss.





**Semana Nacional em
Defesa e Promoção
da Educação Pública**

22 A 28 DE ABRIL DE 2025

**ESCOLA PÚBLICA
NÃO É NEGÓCIO.**



PROGRAMAÇÃO E SUGESTÕES DE ATIVIDADES

DIA 22 DE ABRIL (terça-feira)

Coletiva à imprensa e debates nas escolas sobre os temas da 26ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

DIA 23 DE ABRIL (quarta-feira)

PARALISAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, com destaque para as pautas regionais. Organizar debates sobre as consequências da privatização, da militarização escolar, do projeto Escola sem Partido, da desvalorização profissional e de outras pautas que limitam direitos e a qualidade da educação.

DIA 24 DE ABRIL (quinta-feira)

Audiências públicas nos parlamentos locais e realização de concursos de redação ou de artes nas escolas sobre a importância da educação pública para a cidadania e a cultura de paz.

DIA 25 DE ABRIL (sexta-feira)

Debater as concepções e espaços de Gestão Democrática nas escolas, redes e sistemas de ensino, e verificar quais deles estão plenamente implantados nas unidades escolares e nas redes municipal e estadual.

DIA 28 DE ABRIL (segunda-feira)

Conversar com os estudantes sobre a importância da renovação dos cargos de professores e funcionários da educação, situando os atuais e futuros desafios da valorização profissional.

Dia 29 de abril, MARCHA
da Classe Trabalhadora, em Brasília



CNE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à
CUT
BRASIL

i
Internacional
da Educação

CEA

CPLP-SE
Conselho
Parlamentar
da América
Latina e
Caribe

FNPE
Forum Nacional
Popular de Educação



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

